AGRO ANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 05 | MAIO 2013 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

Mapitoba
A última fronteira



PREÇO DO TOMATE
Entenda o que aconteceu

EXCELÊNCIA NA PESQUISA
O exemplo da soja

CANA
Perspectiva para a safra 2013/14



O agronegócio é o seguinte

Tomate como vilão da inflação

O GOVERNO relutou o quanto pôde, mas se viu obrigado a elevar a taxa SELIC de 7,25% para 7,5% ao ano na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), ocorrida em abril. Mais do que influenciar a demanda, trata-se de alterar expectativas. Apenas as declarações das autoridades não estavam resolvendo. O BACEN precisou mostrar que não vai brincar com a inflação. A inflação atual não se caracteriza por excessos de demanda, a não ser no setor de Serviços, cujo peso não é exagerado no cálculo do índice. Importante é controlar as expectativas. Um novo aumento da SELIC na próxima reunião do Copom vai depender exatamente do controle das expectativas. ***Agroanalysis*** acredita ser muito difícil a SELIC aumentar significativamente. Ficará entre 7,5% e 8%.

Interessante mesmo nas discussões em torno da inflação no Brasil foi se colocar o tomate como o grande vilão. No passado, isso aconteceu com o chuchu. A volatilidade dos preços é uma característica comum no mercado de produtos perecíveis, como o tomate. Com grandes prejuízos em 2012, os tomaticultores encolheram a área plantada. O resultado foi que o tomate de mesa, segundo produto mais comercializado pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), reduziu seu fluxo em quase 30%. Nessa situação, as cotações do tomate dispararam, mas o seu peso na composição do índice da inflação é bem pequeno.

Na China, não bastassem os números impressionantes do crescimento econômico, puxado pela pujante atividade industrial, o país também chama a atenção no setor agrícola. O desempenho da agricultura chinesa apresentou forte expansão na produção de grãos como milho, trigo e arroz nos primeiros anos da década de 2010.

A partir do final da década de 40, com a fundação da República Popular da China, o país adotou políticas agrícolas, fundiárias e sociais que levaram a uma redução significativa do número de pobres no país – cabe destacar que, no início, estas políticas não surtiram o efeito esperado, o que gerou uma profunda crise de abastecimento e levou à morte por fome de milhões de chineses. Os programas adotados pelo governo têm contribuído para a redução da pobreza rural, mas enfrentam problemas de monitoramento e controle, devido ao enorme contingente populacional chinês.

Por sua vez, a produção agropecuária brasileira possui como um dos grandes destaques recentes a região conhecida como 'MAPITOBA', um acrônimo referente às áreas de chapada dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Esta talvez seja a última fronteira de expansão agrícola existente no País, com quase 10 milhões de hectares para a ampliação das lavouras. Diante da alta nos mercados de *commodities* agrícolas, o preço das terras nesta região elevou-se muito nos últimos anos, conferindo bons ganhos aos investidores. Com melhorias na infraestrutura e a proximidade de portos, o seu futuro é muito promissor.

Ainda no Brasil, há dez anos, a criação brasileira de camarões (carcinocultura) batia recorde, e as perspectivas eram extremamente promissoras. No entanto, problemas com doenças provocaram sérios impactos econômicos nos cultivos de camarões nos principais países produtores, como a doença da mancha branca. Os grandes países produtores asiáticos superaram as dificuldades dos anos 90 com avanços nas tecnologias de cultivo, como o melhoramento genético, desenho e engenharia de projetos, nutrição, biossegurança, insumos e equipamentos, processamento do produto e, mais recentemente, biotecnologia.

Nas negociações internacionais, temas de interesse do agronegócio foram discutidos em um encontro da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN), visando a elaboração de um acordo bilateral entre os países. Em 2012, 90% das exportações do Brasil para a Rússia foram de produtos agrícolas, enquanto, no sentido inverso, 60% das importações brasileiras foram de fertilizantes, insumo básico para a agricultura brasileira. As resoluções aprovadas atenderam as expectativas dos dois países.

A 1º Reunião Canaplan 2013, com o apoio da ABAG, versando sobre a perspectiva para a safra 2013/14 na região Centro-Sul, levantou questões importantes. As dificuldades enfrentadas no período pós-2008 provocaram a redução significativa dos investimentos necessários para o setor. Além da menor liquidez, as políticas públicas orientadas para o congelamento da gasolina penalizaram gravemente a rentabilidade do setor alcooleiro. Agora, a recuperação da safra 2013/14 é o sinal mais evidente de um potencial novo ciclo de produção. Para os próximos anos, os limites físicos de moagem são uma preocupação concreta, assim como o ritmo de crescimento será, em boa dose, definido pelas políticas públicas em implantação.

Por fim, ***Agroanalysis*** entrevistou Romeu Afonso de Souza Kiihl, engenheiro agrônomo formado pela Esalq/USP, prestes a completar cinquenta anos de trabalho dedicados ao melhoramento da soja. Um dos responsáveis pela adaptação da oleaginosa no Brasil, Kiihl fala sobre o desenvolvimento e o futuro da soja no Brasil e sua participação nesse trabalho. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Pessoa Macedo
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Romeu Kiihl

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
14 Frases e comentários

Mercado & Negócios
15 Mapitoba
17 Cana-de-açúcar
19 Agricultura chinesa
20 Desenvolvimento rural
21 Soja e milho
23 Rússia
24 Criação de camarão
26 Tomate
28 Iniciativa Mercosul

Política Agrícola
30 ONU

Agroenergia
31 Safra 2013/14

Gestão
33 Flutuação de preços

Fórum ABAG
35 Perspectiva para a safra 2013/14

Especial ANDEF
43 Inovação tecnológica

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



15 Mapitoba

Mercado & Negócios



26 Tomate

Fórum ABAG



35 Perspectiva para a safra 2013/14

Romeu Kiihl
Pesquisador e diretor científico e melhorista de germoplasma na Tropical Melhoramento e Genética (TMG)

Um grande pioneiro

Por Paulo Roque

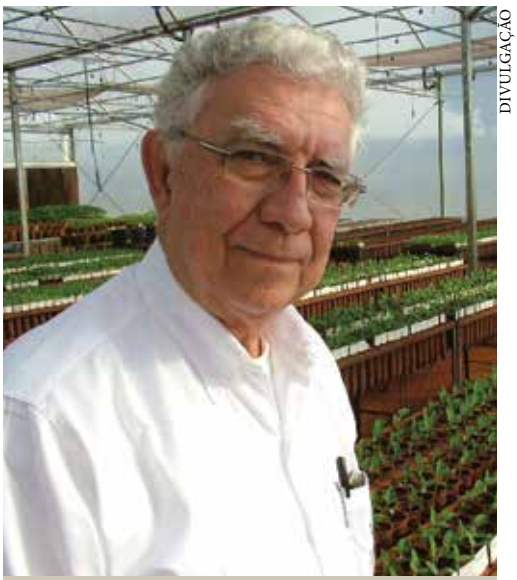
ROMEU AFONSO de Souza Kiihl, setenta e um anos de idade e prestes a completar cinquenta de trabalhos na área de pesquisa em melhoramento da soja. Paulista de Caconde, engenheiro agrônomo pela Esalq/USP, turma de 1965, M.S. (Agronomia, 1968) e Ph.D. (Agronomia, 1976) pela Mississippi State University (MSU). Ele é um dos responsáveis pela adaptação da oleaginosa no Brasil e já foi agraciado com dezenas de prêmios e condecorações por suas pesquisas e trabalhos publicados. Percebeu a importância da latitude (23°) para produzi-la em todo o Brasil. Recentemente, foi agraciado com o Prêmio Deusa Ceres pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), que o elegeu Agrônomo do Ano (2012). Aqui, Kiihl fala sobre o desenvolvimento e o futuro da soja no Brasil e sua participação nesse trabalho.

AGROANALYSIS Como foi a introdução da soja no Brasil?

Romeu Kiihl No final do século XIX, as primeiras observações foram feitas na Bahia, por Gustavo Dutra, e, no começo do século XX, algumas observações no Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Mas a soja só se tornaria o que chamaríamos de cultura lá pelos anos 30/40, no Rio Grande do Sul. Estourou realmente como cultura na década de 60. Quando fui para o IAC trabalhar com soja, em 1965, o Brasil tinha produzido 490 mil e poucas toneladas. Hoje, há agricultor que produz isso.

A soja começou a ter alguma importância na década de 60 e, mais ainda, nas décadas de 70, 80 e 90. É originária do nordeste da China, em latitude ao redor de 45° norte. Durante muitos anos, foi cultivada no meio-oeste norte-americano, que tem latitude semelhante. Em 1949, o Dr. Edgar E. Hartwig trabalhava no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, na Carolina do Norte, e foi transferido para Stoneville (Mississippi) para coordenar todo o programa de melhoramento de soja no sul dos Estados Unidos. Acontece que Stoneville fica a 33° de latitude; então, já houve um distanciamento da latitude de origem da soja. Consideramos Hartwig o gênio dos gênios, o maior melhorista de soja do mundo e, para minha felicidade, foi meu orientador e tinha interesse em adaptar a soja às várias regiões do mundo. Em 1966, fui para os Estados Unidos fazer pós-graduação. Ele disse que eu precisava compreender bem a importância do fotoperiodismo, a adaptação da soja às várias latitudes, e que eu teria que desenvolver uma tese com ele, na qual eu estudaria a segregação para florescimento e altura de plantas nas condições de Stoneville, 33° de latitude, e nas condições simuladas de Campinas, 23° de latitude, onde eu iria trabalhar. Hartwig me deu o treinamento inicial; depois, eu fiz o mestrado e o Ph.D. com ele em Genética e Melhoramento.

Voltei para o Brasil e, quando cheguei ao



DIVULGAÇÃO

> “Nós fazemos soja para qualquer lugar do Brasil trabalhando na latitude de 23°”

IAC, encontrei dois pesquisadores brilhantes, Shiro Myiasaka, então chefe da seção de leguminosas, e Geraldo Guimarães, pesquisador em arroz, do Serviço do Vale do Paraíba, que tinha interesse em desenvolver soja para a entressafra de arroz, para plantar em maio/junho naquela região. Para lá, eles levaram uma coleção de soja para avaliar e, em meio a ela, havia uma variedade chamada Santa Maria, que se adaptava bem às condições de dias curtos. Fui ver esse experimento e, como todo jovem impetuoso e entusiasmado, pensei e, provavelmente, disse que poderia desenvolver tipos melhores. Em 1971, levei minhas populações para Pindamonhagaba, no Vale do Paraíba, onde selecionamos linhagens para o plantio na entressafra de arroz. Eu sabia que conseguiria desenvolver soja adaptada aos dias curtos.

No ano seguinte, em 72, chegou à seção de Leguminosas do IAC um grupo ligado à Sanbra, hoje Bunge, lá do Nordeste, onde existia um órgão chamado Infaol (Instituto de Fomento ao Algodão e Oleaginosas). Havia um pesquisador chamado Fernando – não me lembro do sobrenome – que trabalhava em Sapé, na Paraíba, que fica mais ou menos a 8°de latitude, onde, segundo ele, havias boas condições de trabalho, com irrigação. Perguntei se ele testaria para mim umas cinquenta linhagens; eu só queria data de floração, altura de planta, na floração e na maturação. Ele disse que sim. Enviei as linhagens que tinha selecionado em Pindamonhangaba, onde selecionava, para dias curtos, o equivalente a baixas latitudes, mas também onde havia uma complicação: temperatura muito baixa no inverno. Eu queria confirmar o comportamento em temperaturas mais altas. Quando ele mandou os resultados, eu disse: "Opa, está pronto. Nós fazemos soja para qualquer lugar do Brasil trabalhando na latitude de 23°." Esta passou a ser a latitude-chave para fazer melhoramento no Brasil, inclusive a Embrapa montou o seu Centro de Pesquisa de Soja em Londrina, que está mais ou menos a 23° de latitude. A nossa empresa, a TMG, também está nesta região. A Monsoy tem um programa de melhoramento de soja em Rolândia, na mesma latitude, a Dom Mário, uma empresa argentina que veio para o Brasil e está montando sua sede quase em frente à nossa.

Em 74, eu saí do IAC e fui para o IAPAR (Londrina); em 78, fui trabalhar na Embrapa Soja. Passamos a usar uma combinação de época de plantio, para selecionar material para adaptação ao Sul do Brasil, ao Brasil central, ao Norte e ao Nordeste.

> "... na Chapada, o que não dá para arrumar é bom; o que é ruim dá para corrigir"

Tínhamos o que chamávamos de Região Tradicional, que seria o Paraná e o resto do Sul; Região de Expansão, que seria o oeste de São Paulo, Mato Groso do Sul, Minas, sul de Goiás; e, finalmente, Região Potencial, que eram as demais regiões do Brasil. A prioridade era trabalhar por região, mas conseguimos desenvolver variedades para o país inteiro. Tínhamos equipes de pesquisa do Rio Grande do Sul até o Maranhão, de Barreiras (BA) até Vilhena (RO). Essa característica, que trabalhávamos desde os anos 60, nós a chamávamos de "florescimento tardio em dias curtos", hoje conhecido como *período juvenil longo*. Quase tudo que se planta no Brasil central, no Norte e no Nordeste tem essa característica. O período juvenil longo foi a grande chave para adaptação da soja às baixas latitudes.

AGROANALYSIS O senhor esperava que a sojicultura brasileira fosse atingir esse estágio atual de liderança global?

RK Mesmo se você me fizesse esta pergunta há uns vinte anos, responderia que sim. Hoje, mais da metade da soja está no Brasil central. O pulo do gato foi o período juvenil longo. Explico: o Brasil tem condições ideais para a soja, eu sempre disse que a Chapada era o ninho da soja. Começa-se qualquer estudo sobre comportamento de soja com 30° de temperatura diurna e 20° de noturna, mais ou menos as condições encontradas na Chapada, temperatura amena; ou seja, à noite, a temperatura cai e, durante o verão, há uma boa distribuição de chuva. Sempre achei que a Chapada era o ninho da soja, porque tem temperaturas ideais, a distribuição de chuvas é boa, os solos, no geral, são planos e próprios para a mecanização. O que há de ruim: os solos são ácidos e não têm boa fertilidade. Mas, na Chapada, o que não dá para arrumar é bom; o que é ruim dá para corrigir. Resumindo, o que não dava para arrumar era bom; o que faltava dava para fazer.

Uma coisa que sempre sonhei e que, hoje, está se aproximando da realidade é a integração entre lavoura e pecuária e, se possível, entre lavoura, pecuária e floresta. O nosso futuro está ligado a isso aí.

AGROANALYSIS As pesquisas seguirão quais caminhos no futuro?

RK Se fosse estabelecer uma diretriz para a pesquisa no Brasil, estabeleceria o seguinte: trabalhar em sistemas, sempre que possível, combinados – floresta, agricultura e pecuária. O sistema de rotação. E, dentro da agricultura, colocar rotação de culturas também. Isso é o futuro, porque agricultura sustentável é isso aí. Agricultura a mais limpa possível. O que seria mais limpa possível? Os programas de melhoramento sempre trabalhando para resistência às doenças e pragas; colocar o mínimo possível de defensivos no sistema; além de um sistema de manejo integrado de pragas e doenças.

AGROANALYSIS Existem limites para o aumento da produtividade no campo?

RK Quando comecei a trabalhar com



DIVULGAÇÃO

> “Se fosse estabelecer uma diretriz para a pesquisa no Brasil, estabeleceria o seguinte: trabalhar em sistemas, sempre que possível, combinados – floresta, agricultura e pecuária”

soja, produzíamos 60 sacos por alqueire, 1.500 kg/ha. Hoje, a média brasileira é de 3 toneladas por hectare. Há alguns anos, desenvolvemos um trabalho para estimar a produtividade e tínhamos calculado que iríamos alcançar a média de 3 mil quilos por hectare no País em 2014. E atingimos isso em 2010. Vislumbro o seguinte: se tivermos um sistema de pesquisa muito forte na parte de manejo, conseguiremos índices maiores. Os programas de melhoramento de culturas, hoje, são muito fortes. Todo mundo mecanizou sua experimentação, informatizou, a capacidade de trabalho de combinar genes é fantástica. Acho que o único complemento que vai faltar é a questão do manejo, ou seja, definir qual vai ser a melhor época para cada uma das novas variedades no novo sistema, qual a rotação mais adequada.

AGROANALYSIS O senhor acha que prevalecerá a produção geneticamente modificada ou a convencional?

RK Tudo que puder colocar-se no código genético da planta e levar por meio da semente será mais barato e cômodo para o agricultor do que levarmos noções de manejo. Os novos genes que estão sendo introduzidos agora, os de maior sucesso na soja, são os de tolerância a herbicidas. Agora, estão vindo os resistentes a insetos. Isso aí é algo, em minha opinião, que vai caminhar cada vez mais forte. Vislumbro grandes avanços nos próximos anos. A discussão sobre o geneticamente modificado e o convencional foi muito emotiva. Normalmente, qualquer novo evento é muito testado. Então, as exigências serão cada vez mais rigorosas para obtermos produtos seguros.

AGROANALYSIS O vazio sanitário funciona no Brasil?

RK No caso da ferrugem da soja, no Paraná, de 15 de junho a 15 de setembro, não podemos ter soja viva no campo. É uma época em que os esporos que por acaso existem vão perdendo viabilidade e, então, entramos com uma safra praticamente sem esporos ou com potencial muito baixo. É um negócio fantástico. Todas essas práticas são muito boas e devem fazer parte do que chamo de manejo. Dedico grande parte da minha vida, hoje, a identificar genes com resistência à ferrugem e a transferi-los para tipos adaptados ao Brasil. Nós propomos uma tecnologia a qual chamamos tecnologia inox (não enferruja). Se tivermos o vazio sanitário, genes em resistência, com aplicação adequada de fungicidas, praticamente eliminamos o risco de dano, reduzimos custos e aumentamos a vida dos fungicidas e a vida do genes de resistência. A solução é a combinação disso tudo.

AGROANALYSIS Em sua opinião, na agricultura sustentável ainda existem problemas de manejo com a lavoura?

RK O que mais me preocupa é a ausência de rotação de culturas. Acho que a soja não devia ser *a* cultura, mas devia ser *uma* cultura no sistema. Você não pode caminhar só para uma coisa. Outra coisa que quero acrescentar: temos que garantir o preço mínimo remunerador para o trigo e sermos autossuficientes, pois o trigo faz parte do sistema no Sul do Brasil, não pode ficar de fora. Sou um melhorista de soja, mas devíamos viabilizar o trigo no Sul do Brasil em no mínimo 3 milhões de hectares. Melhora muito se houver trigo no sistema.

AGROANALYSIS Há espaço para a oleaginosa ser matéria-prima alimentar e energética?

RK Hoje, a maior parte do biodiesel produzido vem da soja. O que existe de tecnologia para soja é espetacular. É uma cultura que leva tecnologia para o campo, leva riqueza para a região, além de alimento e fonte de energia. Acho que há espaço para os dois, produção de alimento e energia. Mas gostaria que, para o futuro, procurássemos alternativas, como investir em óleo de palma; seria uma grande solução para o Brasil. Enquanto não houver tecnologias para a produção em maior escala do óleo de palma, nas nossas condições, quem vai resolver o problema é a soja. ■

Macroeconomia

Jogando a toalha

Rogério Mori*

DEPOIS DE muito relutar, o Governo finalmente jogou a toalha e o aperto da política monetária ficou inevitável. Isso ocorre após uma relutância enorme em elevar a taxa de juros.

De fato, esse processo remonta às preocupações com a desaceleração da economia brasileira. Depois do baixo crescimento econômico registrado no ano passado, de menos de 1%, o Governo apostou suas fichas em uma retomada em bases mais robustas em 2013. Na verdade, a recuperação ainda mostra-se relativamente débil, e não há garantias concretas de que o crescimento do produto neste ano irá superar a marca dos 3%.

Por conta disso, o Governo tem insistido, recorrentemente, em estímulos fiscais, com novas rodadas de cortes no IPI, e tem evitado ao máximo iniciar o processo de alta de juros. Até mesmo mecanismos pouco ortodoxos, como a desoneração de produtos da cesta básica, foram utilizados no sentido de tentar conter a inflação e evitar que um aperto da política monetária pudesse abortar o ciclo de recuperação econômica.

No entanto, tudo indica que essa relutância gerou efeitos colaterais danosos sobre a economia brasileira ainda não inteiramente dimensionáveis. Sob essa perspectiva, deve-se ter claro que a economia brasileira ainda conta com um elevado grau de indexação, sendo comum a existência de cláusulas de reajuste automático pela inflação passada acumulada em doze meses em vários contratos. Esse dispositivo persiste na nossa economia porque a inflação brasileira, mesmo controlada, tem permanecido relativamente alta e volátil. O mesmo garante que não ocorram transferências indesejáveis de renda entre as partes.

Em termos práticos, como grande parcela dos preços da nossa economia é regida em bases contratuais, isso significa que existe uma elevada componente inercial na inflação brasileira. Em outras palavras, para que a inflação brasileira caia ao longo do tempo, os demais preços devem registrar uma variação inferior à verificada nesses itens. Isso só é possível mediante uma desaceleração da demanda, que imponha a lógica dos mecanismos de mercado nesse processo.

Nesse contexto, a aposta do Governo em tentar reativar a economia tolerando uma inflação acumulada em doze meses medida pelo IPCA na casa dos 6% por um período prolongado gerou uma inércia considerável no ritmo da alta dos preços. Não há alternativa para diminuir esse patamar de inflação que não seja uma desaceleração do crescimento econômico, e isso só será possível com um aperto monetário.

Para agravar a situação, a tolerância do Governo com a inflação mais alta tem despertado cada vez mais a atenção da sociedade para essa questão. Em outras palavras, os agentes econômicos têm ficado cada vez mais focados no tema. Isso tem um impacto ainda não inteiramente dimensionável sobre as expectativas de inflação. No entanto, existem indicações de que os agentes, atualmente, esperam que a inflação não vá cair no curto prazo e começam a tomar decisões econômicas com base nesse fato.

Caso isso, de fato, esteja ocorrendo, o Banco Central terá pela frente um trabalho um pouco mais complicado do que aparentemente está supondo atualmente. As indicações iniciais do Governo são de que seria necessário apenas um pequeno aperto na política monetária para corrigir a trajetória da inflação e fazê-la convergir novamente para a meta.

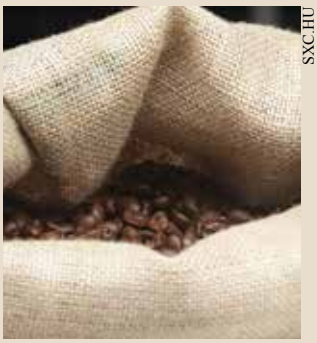
No entanto, dada a inércia existente e o potencial das expectativas de inflação, de fato, ter se movido e cristalizado no patamar de 6%, a alta de juros pode ter que ser maior do que o Banco Central inicialmente estaria imaginando. Essa tarefa passa por uma reconstrução da imagem da autoridade monetária e do seu compromisso com o combate à inflação.

Esse não é o melhor cenário para a economia brasileira. Caso o aperto monetário, realmente, tenha que ser maior do que o esperado atualmente, o crescimento econômico em 2013 ficará novamente comprometido e, dificilmente, a economia brasileira crescerá 3% neste ano. No entanto, ainda é cedo para concluir se isso ocorrerá, pois a batalha está apenas começando. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ


SXC.HU

No último dia 27 de março, foi lançada, em São Paulo, a Semana Internacional do Café. Considerado um dos maiores eventos mundiais do setor em 2013, sua realização está programada para setembro, em Belo Horizonte.

EXPORTAÇÕES E CONSUMO DE CAFÉ

Segundo o Informe Estatístico do Café, o produto representou 6,9% de todas as exportações do agronegócio brasileiro de janeiro a março deste ano e a receita cambial do café verde representou 6,1% no volume de recursos do total das exportações. O relatório aponta, ainda, que o consumo brasileiro de café em 2013 é estimado em 21 milhões de sacas, contra 20,3 milhões de sacas em 2012.

MAPA QUER DISCUTIR PESQUISAS DE FERTILIZANTES


SXC.HU

O novo ministro da Agricultura, Antônio Andrade, quer discutir com o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a respeito das pesquisas de fertilizantes que afetam diretamente a agricultura, principalmente as destinadas ao aumento da produção destes insumos.

CONAB DIVULGA NÚMEROS DA SAFRA DE CANA

A Conab divulgou o primeiro levantamento da produção de cana-de-açúcar da safra 2013/2014, que deve chegar a 653,81 milhões de toneladas, com um aumento de 11% sobre as 588,92 milhões de toneladas da temporada passada.

NOVO INOCULANTE PARA SOJA


SXC.HU

A Embrapa lançou, durante a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina (ExpoLondrina), um novo inoculante para a soja. Desenvolvido em parceria com a empresa BIAGRO do Brasil, o inoculante líquido BIAGRO NG possui uma formulação especial, com protetor natural de bactérias de alta compatibilidade, que permite aplicação na semente por até quinze dias antes da semeadura.

ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para sensibilizar governos e sociedades sobre a importância e a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e a produção de alimentos, a ONU declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014). Segundo a FAO, considerando apenas os países do Mercosul, o setor emprega diretamente cerca de 10 milhões de pessoas. Ele também é fundamental em termos de produção: no Brasil, é responsável por 38% da produção agrícola; no Uruguai, por 30%; no Chile, por 25%; no Paraguai, por 20%; e na Argentina, por 19%.

WORKSHOP INTERNACIONAL DE BEM-ESTAR ANIMAL

O Ministério da Agricultura realizará o Workshop Internacional de Bem-estar dos Animais de Produção entre os dias 11 e 13 de junho de 2013, em São Pedro-SP. O objetivo do evento é fomentar as boas práticas para o bem-estar animal, na produção, no transporte e no abate de aves, bovinos e suínos. Serão discutidos assuntos como as perspectivas mundiais para o bem-estar animal, as diretrizes da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) em transporte e abate, bem como medidas da Direção Geral da Saúde e Proteção do Consumidor da Comissão Europeia – DG-SANCO, que determinam regras de como proceder o manejo e abate de animais em países exportadores para a Europa e as novas legislações para melhorar o bem-estar animal em todas as fases da cadeia produtiva.

BEM-ESTAR ANIMAL E A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

As práticas voltadas ao bem-estar dos animais de produção não vêm sendo devidamente administradas e divulgadas pela indústria alimentícia. É o que revela relatório do Business Benchmark on Farm Animal Welfare (BBFAW), que avaliou cerca de setenta empresas mundiais do setor. O estudo mostra que muitas empresas não estão gerenciando de maneira eficaz os riscos ou as oportunidades associados ao bem-estar dos animais de produção e que a maioria delas ainda não divulgou as políticas que vem adotando nesse sentido. Foram incluídas na avaliação empresas de três setores: varejistas e atacadistas, bares e restaurantes (categoria que inclui vários fornecedores de serviços) e produtores e fabricantes.

CHICO BENTO VAI ESTUDAR AGRONOMIA

Chico Bento, personagem de histórias em quadrinhos criado por Maurício de Souza, vai ganhar uma nova revista chamada "Chico Bento Moço". A publicação terá foco em educação, e o famoso personagem, que, quando criança, encarnava a figura do caipira, será um estudante de Engenharia agronômica.

EUCALIPTO TRANSGÊNICO



SXC.HU

No Brasil, existem 9 hectares de plantios experimentais de eucaliptos geneticamente modificados, desenvolvidos por meio da inserção do gene de outra espécie, a *Arabidopsis thaliana*. Este gene codifica uma das enzimas responsáveis pela formação de celulose. No caso do eucalipto, a inserção resulta em 20% a mais de volume de madeira e de até 40% a mais na produtividade de bioenergia. A introdução de um novo gene também pode reduzir o tempo entre o plantio e a colheita para cinco anos e meio. A informação foi divulgada pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), por meio de matéria publicada na Revista Pesquisa FAPESP.

28º CONGRESSO DA ISSCT

De 24 a 28 de junho, o Brasil sediará os principais eventos do cenário mundial da indústria sucroenergética: a 28ª edição do Congresso da ISSCT (International Society of Sugar Cane Technologists); a ISSCT 2013 EXPO; o Ethanol Summit 2013; e o 4º Prêmio TOP Etanol, que será realizado na cidade de São Paulo, no Transamerica Expo Center.

V FÓRUM DA ABISOLO

Entre os dias 21 e 23 de agosto, acontecerá o V Fórum Abisolo, no centro de eventos Pereira Alvim, em Ribeirão Preto-SP. O evento terá como tema "Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal", com o objetivo de envolver os mais importantes elos da cadeia da produção de alimentos de origem vegetal e discutir o efeito dos fertilizantes modernos no incremento da produtividade agrícola brasileira.

TARIFA SUL-AFRICANA GERA PROTESTO DA UBABEF

Mais uma vez, produtores sul-africanos tentam impedir a entrada de produtos avícolas no país, o que gerou protesto da União Brasileira de Avicultura (UBABEF). Segundo a entidade, após a tentativa frustrada de aplicar medidas *antidumping* – que o setor avícola brasileiro comprovou não existir –, agora, estão pleiteando ao governo da África do Sul aumento da tarifa de importação de produtos avícolas para até 82%.

NOVOS NÚMEROS DA SAFRA DE GRÃOS



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

De acordo com o sétimo levantamento da safra de grãos 2012/13 pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deverá colher 184,05 milhões de toneladas. Na safra 2011/2012, foram colhidas 166,17 milhões de toneladas. As condições climáticas favoráveis, o excesso de chuva na região Centro-Oeste, o aumento na área do milho 2ª safra e a conclusão do período de semeadura foram os responsáveis pelo acréscimo de 10,8% na produção nacional de grãos.

COOPERATIVISMO É PRIORIDADE DO GOVERNO DILMA

Em mensagem ao Congresso Nacional, a presidenta destaca a importância do setor e metas para 2013

Ao dar continuidade às políticas voltadas para a geração de empregos, a distribuição de renda, a redução da pobreza e o combate à fome, a presidenta Dilma Rousseff, em mensagem enviada ao Congresso Nacional no início de 2013, vai diretamente ao encontro da missão das cooperativas brasileiras, no seu papel de inclusão social e de desenvolvimento econômico. Ela faz um balanço das ações realizadas no último ano e traz metas para os próximos meses.

À escolha, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 2012 como Ano Internacional das Cooperativas, soma-se, então, o respaldo do governo federal ao cooperativismo, trazendo um cenário positivo, de novas frentes de interlocução do setor para o fomento de políticas públicas favoráveis ao seu crescimento. Nesse sentido, como mencionado pela própria presidenta, abrem-se novas oportunidades de consolidação do movimento cooperativista como alternativa socioeconômica sustentável – um caminho para o crescimento do Brasil e de várias nações.



WILSON DIAS/ABR

"No âmbito do **Grupo de Trabalho instituído para o Ano Internacional das Cooperativas**, foram definidas ações de articulação política e institucional; de formação e capacitação em cooperativismo; e de intercâmbio para a cooperação internacional das cooperativas, dentre outras. Para 2013, pretende-se desenvolver as ações que fortaleçam o cooperativismo e associativismo."

"As crises da suinocultura e dos produtores de laranja e arroz, geradas por adversidades climáticas e por questões mercadológicas, criaram dificuldades aos produtores em saldar suas dívidas de safras anteriores a 2012/2013. Diante desse quadro, o Governo autorizou a renegociação das dívidas de custeio e de investimento desses produtores, a criação de linhas emergenciais de crédito, inclusive no âmbito do **Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (PROCAP-AGRO)**, e a elevação de limites de crédito para custeio e investimento." *Página 52.*

"O médio produtor rural passa a contar com melhores condições de financiamento, dentre as quais se destacam a redução da taxa de juros e a elevação no valor da renda bruta e nos níveis de rebate sobre essa renda para fins de enquadramento no PRONAMP. Os recursos disponibilizados para o PRONAMP totalizaram R$ 11,15 bilhões nesta safra, significando aumento de 34% em relação à safra 2011/2012. Por sua vez, **as ações voltadas para o fortalecimento do cooperativismo tiveram aumento de 25% nos valores disponibilizados, passando de R$ 4 bilhões para R$ 5 bilhões.**" *Página 52.*

Ramo agropecuário

No documento, ficam claras oportunidades de atuação para diversos ramos do cooperativismo, entre eles o agropecuário. O alcance de novos patamares de produção e exportação em 2012 é apontado pela governante como resultado expressivo da agropecuária brasileira. E a expectativa para este ano é que os mais de 5 milhões de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais produzam 184 milhões de toneladas, superando em 8,6% o volume da safra anterior.

Com impacto direto para as cooperativas do segmento, o Governo destaca a expansão dos recursos destinados ao Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013, com R$ 115 bilhões para custeio e investimentos (volume 7,5% superior ao da última safra); e a ampliação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013, que disponibilizou R$ 22,3 bilhões para crédito rural, assistência técnica, seguros e apoio à comercialização. Vale ressaltar que foram previstas para o período ações específicas ao Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (PROCAP-AGRO) e ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

Da mesma forma, chama a atenção o reconhecimento do Governo Dilma à forte ligação do cooperativismo com a agricultura familiar.

"Para o Plano Safra 2012/2013, foram adotadas medidas para ampliar o acesso ao crédito, dentre as quais: (...) iii) **a elevação do limite das linhas de investimento do Pronaf Agroindústria de R$ 50 mil para até R$ 130 mil por agricultor e para as cooperativas de R$ 10 milhões para até R$ 30 milhões.**" *Página 88*.

"**Visando à melhoria e à profissionalização da gestão das cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar**, o Governo criou a Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para Empreendimentos da Agricultura Familiar – Metodologia de Ater Mais Gestão, que vem funcionado em projeto-piloto desde 2008, visando a capacitar cooperativas da agricultura familiar na qualificação da gestão, com foco no fortalecimento e inserção no mercado uma parceria do MDA e Sebrae. **Em 2012, 562 cooperativas e empreendimentos passaram a ser acompanhados, com aplicação de cerca de R$ 49 milhões. Para 2013, serão mais 1,2 mil cooperativas e empreendimentos, com recursos de aproximadamente R$ 100 milhões.**" *Página 86*.

"O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ação conjunta com o Ministério da Educação (MEC), permite que pelo menos 30% das aquisições da alimentação escolar sejam obtidos diretamente da agricultura familiar. Para apoiar as necessidades da alimentação escolar nas grandes cidades e regiões metropolitanas, **foi implementado o Projeto Nutre Brasil, que capacita as cooperativas de agricultores e familiares a fornecerem para o Programa**. Atualmente são 46 municípios atendidos. Em 2013, **serão assistidas 200 cooperativas em 64 municípios, com recursos de R$ 25 milhões**." *Página 87*.

"A política de desenvolvimento territorial, presente em 165 territórios rurais, sendo 120 territórios da cidadania, busca apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais para a gestão participativa do processo de desenvolvimento e a dinamização econômica nos territórios apoiados, com ênfase à inclusão socioprodutiva. Em 2012, foram aplicados R$ 321,8 milhões, destacando-se: (...) iii) **aplicados R$ 16,2 milhões para formação e capacitação de 2.240 Agentes de Comercialização e Cooperativismo, para o apoio à organização de 450 empreendimentos por meio de bases de apoio a serviços de comercialização e/ou cooperativismo, e organização de 25 redes de cooperação da agricultura familiar.**" *Página 88*.

E não poderia ser diferente. Do total das cooperativas com DAP jurídica, oriundas da base de dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), 37% são ligadas ao Sistema OCB, representando, assim, 76% de agricultores familiares. Contribuindo com esse processo, a mensagem da presidenta ressalta a destinação de R$ 18 bilhões correspondentes a crédito de custeio e investimentos nas diversas modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com taxas de juros anuais de, no máximo, 4%. Para dar mais segurança aos produtores agrícolas, também será dada uma atenção especial à subvenção ao prêmio do seguro rural e à proteção oferecida pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Outro grande destaque para o cooperativismo agropecuário foi o lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014, trazendo maior efetividade às políticas voltadas à cadeia produtiva. Funciona, também, como estímulo ao empreendedorismo para cerca de 300 mil famílias, com o investimento de R$ 4,1 bilhões em financiamentos para expandir a aquicultura e modernizar a pesca, além de fortalecer a indústria e o comércio pesqueiros. Especificamente às cooperativas, a mensagem da presidenta Dilma reforçou a ampliação da capacidade de compras institucionais para apoio ao pescador artesanal e ao aquicultor familiar, com a disponibilização de infraestrutura e equipamentos – mais um espaço para crescimento do setor.

É evidente, portanto, o reconhecimento do governo federal à importância do setor cooperativista para a economia nacional, em especial, neste caso, ao papel do segmento na geração de renda e de novas oportunidades ao produtor rural brasileiro. Assim, as cooperativas têm contribuído, e continuarão contribuindo, para a construção de um mundo melhor.

"Para atingir a meta de produzir 2 milhões de toneladas anuais de pescado até 2014, destacam-se as seguintes medidas: i) a ampliação do crédito com redução de juros, aumento dos prazos de carência e pagamento e qualificação dos critérios para obtenção de crédito; ii) desoneração da cadeia produtiva; iii) oferta de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; iv) ampliação da capacidade de compras institucionais para apoio ao pescador artesanal e ao aquicultor familiar; v) **fortalecimento do cooperativismo**; vi) disponibilização de infraestrutura e equipamentos; vii) modernização e renovação de embarcações; e viii) investimentos em ciência, tecnologia e inovação." *Página 80*.

"Para implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, em 2012, foi realizada a concessão da Unidade de Beneficiamento de Pescado de Sergipe à iniciativa privada, que passou a atender 200 pescadores da região, incrementando o valor agregado do pescado produzido pelos pequenos piscicultores e reforçando a cadeia produtiva da aquicultura nas bacias do São Francisco e do Parnaíba. Para 2013, **está previsto o repasse das unidades da Bahia e de Alagoas para empreendedores do ramo ou cooperativas de piscicultores.**" *Página 81*.

** As informações nos quadros fazem parte da publicação Mensagem ao Congresso Nacional – 2013, da Presidência da República.*

"Discutir como o País insere-se num projeto mundial é o nosso desafio, e precisamos encontrar soluções para problemas como abastecimento do mercado interno, câmbio, crédito, aspectos regulatórios, gargalos e burocracias, que impedem um crescimento maior e deixam uma dúvida do que será esse mercado."

ROBERTO RODRIGUES, ex-ministro da Agricultura, embaixador da FAO, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas, durante o 1º Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos, evento organizado pelo LIDE – Grupo de Líderes Empresariais, no qual também exerce o cargo de presidente do LIDE Agronegócios

"Somos o país do café, e não apenas porque produzimos muito; produzimos muito bem. Temos cafés muito variados e de altíssima qualidade, entre os melhores grãos do mundo."

ROBERTO SIMÕES, presidente da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais)

"80% das propriedades na América Latina e no Caribe fazem parte da agricultura familiar. O setor gera cerca de 70% do emprego agrícola na região."

SALOMON SALCEDO, chefe de Políticas da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

"O Brasil é o segundo maior fornecedor no mercado mundial de alimentos em volume e caminha para alcançar os Estados Unidos nessa escalada. A economia brasileira dá sinais de otimismo, mas ainda falta uma política agrícola e de abastecimento de longo prazo para fixar esse forte alicerce nesta cadeia que tem números e cifras gigantes."

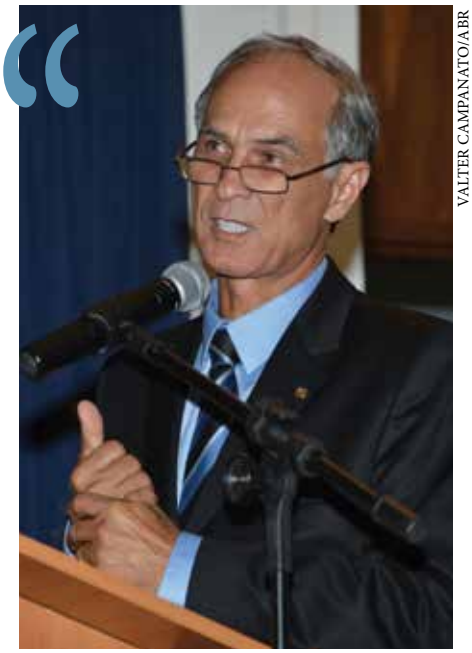
JOÃO DORIA JR., presidente do LIDE (Grupo de Líderes Empresariais)

"Dezenas de novas tecnologias disponibilizadas pela Embrapa não chegam aos agricultores por falta de extensionistas. Esse é um dos grandes gargalos na transferência de conhecimentos gerados pelos centros de pesquisa. O problema agrava-se com o passar dos anos, desde a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), na década de 90."

MAURÍCIO LOPES, presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), na reunião do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, quando apresentou o programa "Agropensa: inteligência estratégica para a agropecuária brasileira"

"O objetivo é crescer em todas as esferas do setor. Queremos exportar desenvolvimento, pesquisa e aliados à vocação natural do País, que é a agricultura e a produção de alimentos."

EDMUNDO KLOTZ, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), no 1º Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos



VALTER CAMPANATO/ABR

"Tenho interesse em discutir com o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Produção Mineral a respeito das pesquisas de fertilizantes que afetam diretamente a agricultura, uma cadeia produtiva fundamental para o nosso País."

ANTÔNIO ANDRADE, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mapitoba

A última fronteira agrícola

Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[1]
Rafael Ribeiro de Lima Filho[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]

O CONCEITO de fronteira agrícola não é novo no Brasil, sendo representado pelo avanço da produção sobre novas áreas de terras cultiváveis. Nas últimas décadas, esta evolução deu-se principalmente sobre o Cerrado, a partir dos anos 70.

Recentemente, a produção agropecuária expandiu-se para uma região conhecida como Mapitoba. 'MAPITOBA' é o acrônimo referente às áreas de chapada dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, de elevada aptidão agrícola e que, até recentemente, ainda se encontravam brutas, cobertas por Cerrado.

Segundo estudos liderados pelo professor Gerd Sparovek (Esalq-USP), esta é a região de maior conversão de vegetação natural em uso agrícola na atualidade. Nesta, talvez a última fronteira de expansão de lavouras do Brasil, ainda há cerca de 7 a 10 milhões de hectares de chapadões de terras férteis cobertos com Cerrado. Caso estas áreas sejam convertidas para a produção de soja, milho ou cana-de-açúcar, podem ser gerados benefícios sociais e econômicos importantes para tais regiões.

De acordo com as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), até a safra 2021/22, a área total cultivada com grãos deverá atingir 7,7 milhões de hectares na região compreendida pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Para a safra 2012/13, o último relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indica que estes estados serão responsáveis por 6,5 milhões de hectares plantados com grãos.

Produtividade

Ao avaliarmos a produtividade das terras cultivadas com grãos no Mapitoba, percebemos uma nítida evolução nas últimas décadas, apesar de esta ainda se encontrar um pouco abaixo da média nacional.

A produtividade do milho na região, que era 72,4% menor na década de 80 frente à média nacional, na década de 2010 (média de 2010/11, 2011/12 e 2012/13), está 38,6% abaixo da média brasileira. A diferença caiu quase à metade.

Para a soja, a evolução foi ainda maior. Além da significativa alteração do diferencial de produtividade no decorrer das últimas décadas, na década atual, a produtividade da soja no Mapitoba está praticamente igual à observada nacionalmente, considerada altíssima mesmo na comparação com outros importantes produtores internacionais, como os Estados Unidos.

Apesar da média ligeiramente menor de 2010 a 2013, em seis das dez últimas safras, a produção média por área no Mapitoba superou a média brasileira.

Um importante elemento para explicar a produtividade está ligado à distribuição das chuvas. Comparado a outras áreas agrícolas mais antigas, como o Mato Groso, o Mapitoba apresenta maior variação nas médias pluviométricas, o que acarreta maiores oscilações da produtividade (neste ano, a região enfrentou longa estiagem e se espera queda considerável na produtividade). Por outro lado, menos chuvas na época da colheita permitem uma melhora na qualidade dos grãos.

Mercado de terras: preços em ascensão

Além dos preços baixos da terra, que possibilitam a aquisição de amplas áreas para cultivo de grãos, um importante motivo para explicar a crescente procura nestas áreas de fronteira agrícola re-

Produtividade média do Mapitoba em relação à média brasileira (kg/ha)

Cultura	Década 80	Década 90	Década 2000	Década 2010
Soja BR (A)	1.713,4	2.179,6	2.633,2	2.911,3
Soja Mapitoba (B)	1.134,5	1.956,9	2.518,4	2.906,4
Diferencial (B/A)	- 33,8%	- 10,2%	- 4,4%	- 0,2%
Milho BR (C)	1.771,1	2.396,3	3.468,7	4.633,7
Milho Mapitoba (D)	489,7	1.057,8	1.629,0	2.842,9
Diferencial (D/C)	- 72,4%	- 55,9%	- 53,0%	- 38,6%

Fonte: Conab

Preços médios da terra para agricultura (R$/ha)			
Estado	**2010**	**2013**	**Variação (%)**
Maranhão	R$ 3.466,67	R$ 3.500,00	**1,0%**
Piauí	R$ 1.675,00	R$ 3.625,00	**116,4%**
Tocantins	R$ 4.550,00	R$ 5.800,00	**27,5%**
Bahia	R$ 4.920,00	R$ 4.960,00	**0,8%**
Média Mapitoba	**R$ 3.652,92**	**R$ 4.471,25**	**22,4%**

Fonte: Scot Consultoria

fere-se à possibilidade de auferir lucros com valorização imobiliária.

Esse componente é um dos pilares estratégicos dessas operações e é um diferencial em médio e longo prazo, já que a apropriação deste lucro implica liquidação do patrimônio adquirido.

Analisando-se o mercado de terras dessa região, fica claro o potencial de ganho patrimonial em um pequeno intervalo de tempo.

Em um intervalo de três anos, a valorização média foi de 22,4%, ou R$ 818,33/ha. Isso representa, por exemplo, um ano de excelente lucro operacional com agricultura nesta região. Assim, a compra de terras para cultivo acaba mostrando-se como um excelente negócio, por permitir elevada rentabilidade advinda tanto da atividade agrícola propriamente dita, como também da valorização do patrimônio imobiliário.

Cabe destacar a variação percentual dos preços no Piauí, que foi favorecida pelos menores preços iniciais do estado nessa análise. Vale ressaltar também que estes são preços médios, ou seja, há possibilidade de variações tanto acima, como abaixo da apresentada em algumas áreas específicas.

Em razão desses números, fica evidente que o ganho patrimonial é um componente que não pode ser desprezado em regiões de fronteira.

Determinantes do crescimento e perspectivas para os próximos anos

A expansão da agropecuária na região do Mapitoba chama a atenção pelo curto período em que se desenvolveu uma atividade agrícola com alta eficiência em uma região com pouca infraestrutura. Diversos fatores podem explicar essa rapidez.

Pelo lado da demanda, a elevação das cotações internacionais das *commodities* agrícolas a partir da safra 2005/06 pode ser considerada um marco que impulsionou a mudança na paisagem dessas regiões. Desde então, esses grãos vem apresentando uma rentabilidade superior à média histórica, o que levou grupos internacionais a buscar novas regiões para expandir suas operações.

Pelo lado da oferta, as áreas ocupadas nesses estados têm algumas características essenciais para a agricultura moderna. São planas e extensas, com solos potencialmente produtivos, disponibilidade de água e clima propício, com dias longos e elevada intensidade de sol.

Também é importante mencionar o desenvolvimento de novas variedades adaptadas às condições locais por instituições públicas, como a Embrapa, e privadas, como a Monsanto e outras empresas internacionais que atuam no melhoramento genético de variedades de soja, milho e algodão. Especialistas afirmam que ainda há muito espaço para ganhos de produtividade com novas variedades e com a adoção de técnicas de manejo.

Outro importante componente para explicar esse *boom* de produção refere-se ao perfil profissional de gestão adotado nas propriedades rurais e nos demais elos da cadeia produtiva, como *tradings* e empresas de insumos. O nível de coordenação vertical entre os elos é bem superior ao observado em outras regiões do País.

Um bom exemplo desse entrosamento entre os diferentes elos produtivos está no financiamento e comercialização da produção. Nessas regiões, observa-se o uso maciço do mercado a termo, nas chamadas operações de *barter*. Neste sistema, o agricultor emite um título atestando que entregará sua produção (como a CPR, lastreada pelo Banco do Brasil) para uma *trading*, e esta realiza o financiamento da compra de insumos (pagando diretamente a empresa fornecedora).

Esse modelo básico já vem sendo sofisticado com a entrada de bancos e corretoras, que realizam operações de *hedge* permitindo uma redução de risco para as partes envolvidas. Assim, os agentes envolvidos buscam complementar uma estrutura deficiente de financiamento público e de seguro agrícola de difícil acesso para os agricultores.

As principais limitações, no entanto, estão nas precárias condições de logística, especialmente transporte terrestre, portuário e comunicação. A falta de mão de obra qualificada e de empresas prestadoras de serviço também pode ser apontada como limitante à expansão da agricultura na região. E é justamente essa precária estrutura que explica por que somente empresas de grande porte, capitalizadas, conseguem explorar as vantagens naturais disponíveis nessas regiões.

De toda forma, são esperadas melhoras substanciais na infraestrutura logística nos próximos anos. Grandes obras, como a ferrovia Transnordestina, que facilitará o acesso do Piauí ao porto de Suape, e a ferrovia Oeste-Leste, cruzando o estado até o litoral da Bahia, devem ter impacto considerável sobre os custos de frete para escoamento da safra de grãos. Vale lembrar que, em termos de distância absoluta, o Mapitoba encontra-se bem mais próximo de portos do que as principais regiões produtoras de grãos no Centro-Oeste brasileiro. ■

1 Zootecnista (gm@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista (rafael@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Cana-de-açúcar

Perfil das novas regiões produtoras

Luis Gustavo Torrano Correa*
Luis Miglino*
Grazielli Angelucci Paineli*

O PROCESSO de expansão da produção da cana-de-açúcar teve início no século XVI, com a produção de açúcar concentrada basicamente na região Nordeste, desempenhando um papel importante no desenvolvimento econômico do País, sendo primeira atividade econômica em larga escala. No século XX, a produção de açúcar na região Centro-Sul aumentou fortemente, devido às interrupções verificadas no transporte marítimo do produto para os centros de consumo localizados no Sudeste durante as duas grandes Guerras Mundiais.

A partir dos anos 70, com a ocorrência da primeira grande crise do petróleo, e durante toda a década 80, as empresas produtoras de açúcar receberam grandes incentivos (subsídios) do programa ProÁlcool. Dado o menor preço e a disponibilidade crescente do etanol hidratado, houve um grande esforço por parte dos proprietários de automóveis para converter seus veículos ao uso exclusivo do etanol hidratado. Paralelamente, a indústria automobilística iniciou a produção de veículos novos com motores utilizando o novo combustível, veículos estes que eram mais eficientes e econômicos do que os antigos que foram convertidos. Durante este período, para atender a crescente demanda, novas áreas produtoras foram criadas no estado de São Paulo, em regiões como a do município de Araçatuba; no norte do estado do Paraná; e nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

No século XXI, a introdução do carro *flex fuel* pela indústria automobilística, em 2003, e o surgimento da demanda internacional por combustíveis renováveis e limpos mudaram o perfil da produção de etanol no Brasil. Neste período, a área de produção de cana-de-açúcar cresce tanto para a produção do etanol, como para a de açúcar. O ápice da produção é atingido na safra 2012/13, com aproximadamente 640 milhões de toneladas.

A cana expande-se sobre novas áreas no interior do estado de São Paulo, em regiões menos desenvolvidas, onde ainda predominava uma pecuária de corte extensiva de baixa produtividade, em áreas degradadas, como os municípios de Lins, Presidente Prudente e Pereira Barreto; e, em seguida, expande-se para os estados vizinhos: Minas Gerais, Goiás (sul), Mato Grosso do Sul (leste), e Paraná (norte). Para análise da expansão da

Regiões de expansão de produção de cana-de-açúcar



Fonte: Elaboração - FG/AGRO

produção de cana, as novas áreas produtoras podem ser divididas em quatro regiões distintas:

Região 1: Oeste de Minas Gerais (Triângulo Mineiro) e sudeste de Goiás

Caracterizada por ser uma região onde grupos nacionais com operação em São Paulo implantaram vários *greenfields* no ciclo mais recente de expansão (São João, São Martinho, Zanin, Santelisa Vale/CNAA, Moema). Devido à insuficiência de capital, muitos destes projetos foram adquiridos por grandes grupos petroleiros e *tradings* de açúcar. Nota-se também a entrada de investidores financeiros, como é o caso do projeto da CMAA. Na região, já existiam varias empresas beneficiadas pelo ProÁlcool que apresentavam operações rentáveis e superavitárias, como a Usina Santo Ângelo (Pirajuba). Das regiões de expansão fora do estado de São Paulo, é a região mais próxima dos centros de consumo e com melhor infraestrutura para escoamento da produção (hidrovia e ferrovia).

Região 2: Sul do Mato Grosso

É a região mais distante dos centros de consumo, onde a Brenco (grupo de investidores financeiros liderado por um ex-presidente da Petrobras) implantou projetos *greenfield* no ciclo mais recente de expansão. Também por insuficiência de caixa, os projetos foram assumidos pela ETH, controlada pela Odebrecht, que está concluindo sua implantação.

Região 3: Leste do Mato Grosso do Sul

Região caracterizada pela a implantação de novos projetos por grandes *players*, tais como a unidade de Rio Brilhante da Biosev (Dreyfus), outras unidades da ETH, além da unidade Monteverde da Bunge. Houve aquisições de projetos por grandes grupos, como é o caso da Usina Carapó-Nova América, adquirida pela Raízen. É a região onde a Adecoagro implantou seu primeiro *greenfield* e onde existem alguns casos de empresas em extrema dificuldade financeira, como o grupo J Pessoa (originário do ProÁlcool) e o Infinity (investidor financeiro, construído no ciclo de expansão mais recente), ambos em recuperação judicial. A distância maior dos centros de consumo e as características adversas de solo e clima são dificuldades a ser enfrentadas na região.

Região 4: Norte do Paraná

A Usina Santa Terezinha (UST) iniciou suas operações em 1960, a partir de uma fábrica de açúcar onde hoje é a Unidade Iguatemi. Durante a década de 80, a UST aproveitou para ampliar seu bem operado complexo industrial, adquirindo as usinas Paranacity, Tapejara e Ivaté. A partir de 2000, beneficiado pela grande aceitação do carro *flex* pelos consumidores, o grupo expande ainda mais sua operação, totalizando oito unidades e permitindo à Santa Terezinha firmar-se como o principal *player* na região e um dos cinco maiores do Brasil.

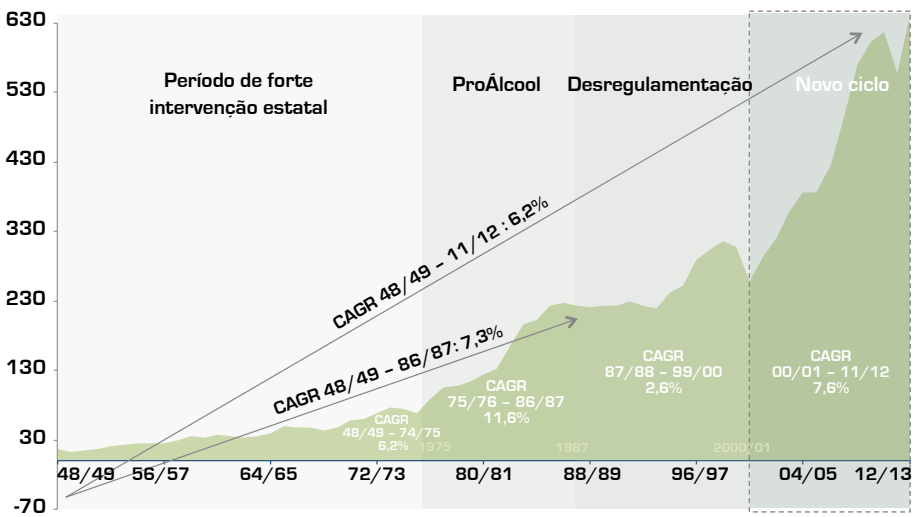
Considerações finais

As unidades independentes construídas nas regiões de fronteira da cana-de-açúcar precisam contar com uma estrutura de capital robusta que suporte a etapa inicial do investimento, até que se tornem superavitárias. Os menores custos de capital relacionados ao valor da terra (parcerias agrícolas), comparados a áreas similares no estado de São Paulo, nem sempre são suficientes para compensar os maiores custos decorrentes das maiores distâncias dos centros consumidores e do principal porto brasileiro (Porto de Santos), resultando num aumento do ponto de equilíbrio destes projetos. Isso significa que o capital necessário para o período inicial de produção torna-se determinante para o sucesso dessas unidades. O que se observa é que grande parte desses projetos acabou sendo adquirida por grandes grupos, que atuam como consolidadores.

A existência de usinas superavitárias e rentáveis nas áreas de expansão, especialmente no sudeste de Goiás e Triângulo Mineiro, demonstra que podem existir bons projetos nestas áreas. Os fatores fundamentais para esse sucesso são:

- um adequado conhecimento da planta e da região onde ela está situada; e
- uma estrutura de capital robusta, que permita um adequado fluxo de caixa disponível até que se atinja o ponto de equilíbrio. ■

Moagem de cana-de-açúcar (milhões de t)



Fonte: UNICA, Sindaçúcar – Elaboração: FG/AGRO

*Consultores da FG/AGRO

Agricultura chinesa

Incremento na produtividade enfrentará limites

Bruno Perosa*

NÃO BASTASSEM os números impressionantes do crescimento econômico chinês, puxado pela pujante atividade industrial, o tigre asiático também chama a atenção no setor agrícola. O desempenho da agricultura chinesa apresentou forte expansão na produção de grãos como milho, trigo e arroz nos primeiros anos da década de 2010.

De onde viria esse crescimento?

Considerando que, nos últimos trinta e cinco anos, a área agrícola cultivada na China cresceu apenas 7,5%, fica evidente que o incremento da produção veio principalmente de aumento na produtividade agrícola. Segundo dados do NBS (órgão de estatísticas do governo chinês), em 2012, a China alimentou 19% da população mundial usando apenas 8% das áreas cultiváveis do planeta. Enquanto a área agricultável nos EUA gira em 17% do território; na China, ela responde por pouco mais de 11%.

A pesquisa agrícola tem contribuído para o desenvolvimento de variedades melhor adaptadas às condições locais, bem como permitido o uso mais intensivo de insumos e técnicas agrícolas. Dados do NBS também revelam o uso crescente de fertilizantes e pesticidas, o que permite inferir que boa parte do aumento na produtividade nos anos recentes está relacionada à intensificação do uso destes implementos.

É interessante mencionar que, além de incentivar a pesquisa agrícola e subsidiar a compra de implementos agrícolas, o governo chinês também atua como um *player* na produção agrícola, por meio das "fazendas estatais". Estas vêm respondendo por grande parte dos aumentos na produtividade agrícola. Isso se explicaria tanto pelo uso intensivo de tecnologia e conhecimento na gestão rural (funcionários do próprio governo atuam nestas propriedades), como pela extensão muito superior à média das propriedades rurais em território chinês, o que permite ganhos consideráveis de eficiência. A reforma agrária realizada após a revolução em 1949 acarretou um grande número de pequenas propriedades, geralmente sob gestão familiar.

Essa atuação direta do governo pode ser verificada pelos seus crescentes gastos operacionais na agricultura.

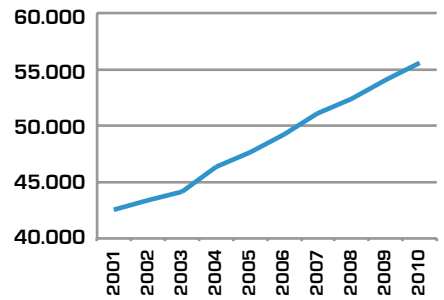
É possível manter essa taxa de crescimento?

Analistas veem um limite para expansão da produtividade agrícola na China. Entre as razões, estariam tanto questões técnicas (limites ao uso de insumos), como institucionais (legislação sobre a propriedade da terra), que limitariam o modelo de crescimento explorado até então.

No que se refere às questões técnicas, pode-se mencionar o risco em se elevar o uso de fertilizantes, que pode acarretar problemas ambientais. De toda forma, os incrementos de produtividade pelo uso deste insumo tendem a apresentar incrementos cada vez menores.

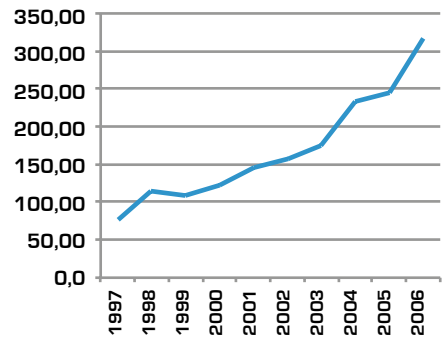
Do ponto de vista institucional, a prevalência de pequenas propriedades mostra-se como uma questão política complexa. Mesmo que se esteja ciente das limitações em elevar a produtividade agrícola em propriedades menores, uma reforma no sistema fundiário chinês poderia gerar sérias consequências sociais no país, dado que a política fundiária foi um dos pilares da política social após a revolução em 1949. ■

China: Consumo de fertilizantes (mil t)



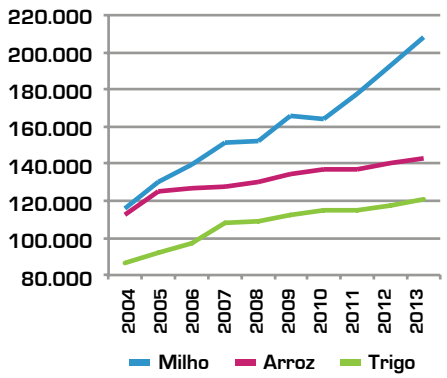
Fonte: USDA/PSD

China: Gastos do governo com agricultura (bilhões de yuan)



Fonte: USDA/PSD

China: Produção de grãos (mil t)



Fonte: USDA/ERS

*Pesquisador pós-doutor do NEPA/UNICAMP/FAPESP

Desenvolvimento rural

Redução da pobreza na China

Walter Belik*

O CRESCIMENTO econômico da China nas últimas décadas permitiu a redução do número de pobres em 200 milhões entre o final dos anos 70 e meados da última década. Apesar de a renda urbana ter crescido a um ritmo muito maior do que a rural, observou-se uma impressionante redução da pobreza rural, o que pode ser em grande parte atribuído às políticas agrícolas, fundiárias e sociais adotadas após a revolução de 1949.

Para o melhor entendimento desse processo, divide-se a história pós-revolução em quatro fases:

1ª fase (1949-78)

Em 1949, com a fundação da República Popular da China, foram estabelecidas as medidas de combate à pobreza no meio rural, em que se destacavam a reforma agrária e a instituição da propriedade coletiva da terra. Nesse primeiro momento após a reforma, Pequim buscou viabilizar a construção da infraestrutura rural e criou cooperativas agrícolas e um sistema de crédito, assistência técnica, seguro rural e seguridade social rural. Contudo, essas políticas não surtiram o efeito esperado em um primeiro momento, e a nova forma de organização da produção agrícola acabou gerando uma profunda crise de abastecimento ao final dos anos 50 e inicio dos anos 60, levando à fome e morte de milhões de chineses. Além de incidência de problemas naturais, a dificuldade em gerar incentivos para produção coletivizada explicam esses problemas.

2ª fase (1978-85)

Em 1978, assume Deng Xiaoping. Neste ano, existiam 250 milhões de pobres rurais na China (30,7% da população rural). As primeiras medidas foram na direção de uma reforma do sistema de comunas, que apresentava baixa produtividade, e sua posterior transformação em um sistema de mercado. Ocorrem também reformas liberalizando a circulação de produtos e criando mercados locais. Dentre as medidas tomadas neste período, destacam-se:

- separação entre a propriedade da terra (que continua sob o poder da comuna) e sua operação, que passou a ser individual;
- o aumento do preço de compra de produtos agrícolas por parte do governo;
- o desenvolvimento das TVEs (Township and Village Enterprises), dando autonomia para a administração das aldeias e vilarejos desenvolverem atividades, auferindo lucros.

3ª fase (1986-2000)

Houve uma seleção de dezoito áreas em piores condições de pobreza, em grande parte devido à menor disponibilidade de recursos naturais e de infraestrutura. Para tanto, coloca-se à disposição fundos de US$ 4 bilhões ao ano para Bolsas de Combate à Pobreza, Bolsas de Alimentação, frentes de trabalho e microcrédito.

Nesta fase, ocorre uma maior descentralização e os programas passam a ser executados em nível provincial. Em 1991, surge a política do Sannong, ou dos três *nong* (agricultura, rural e camponês), visando o meio rural. Seria uma abordagem de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) à la chinesa. A política dá-se em duas frentes:

- alívio da pobreza: nutrição, saúde e educação primária;
- assistência ao pobre: provê-se de capitais e tecnologia os locais onde haveria maior incidência de pobreza.

Assim, esta fase é marcada por uma mudança nas políticas agrícola e social. Até 1978, essa estratégia era baseada em dois elementos: reforma agrária e distribuição igualitária dos ganhos obtidos com a venda da produção, sob responsabilidade do governo. Ocorre que, no final da década de 70, se abole o sistema de comuna e a operação passa a ser individual – daí o sistema de bolsas e subsídios assumir papel central como forma de enfrentar a pobreza rural.

Além dessas políticas, a redução da pobreza pode ser explicada pela implementação de uma estratégia efetiva de combate à pobreza e controle populacional (que inclui lei de 1978 de apenas um filho por casal) e pelo início de um processo de desregulamentação da atividade agrícola, com a redução dos encargos e impostos sobre a agricultura.

4ª fase (2001-10)

Neste período, inicia-se o chamado Rural China Poverty Alleviation Program, baseado nas seguintes diretrizes:

- priorização dos mais pobres;
- reformas locais na infraestrutura e organização do trabalho.

Dentro desta política, em 2005, lançou-se o programa de Construção do Socialismo no Campo, com a revitalização da agricultura visando novos mercados. Em 2007, prepara-se o desenho de uma nova política de transferência de rendas, que, em 2008, passa a atender 20 milhões de domicílios.

Os programas acima mencionados têm contribuído para redução da pobreza rural, mas enfrentam problemas de monitoramento e controle devido ao enorme contingente populacional chinês. Esse fato também implica um crescente problema de custeio de políticas sociais, o que pode reduzir a melhora dos indicadores sociais chineses nos próximos anos. ■

*Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Soja e milho

De olho na América do Sul e nos EUA

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1]
Alcides de Moura Torres Junior[2]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguia[3]

NA AMÉRICA do Sul, a produção de soja e milho deve ser maior em 2012/2013. A previsão de maior oferta de soja e milho, somada à colheita em andamento, colabora com a pressão de baixa sobre as cotações no mercado internacional e brasileiro.

Depois de uma safra frustrada em 2011/2012, com quebras em função da estiagem em importantes regiões produtoras, o cenário para o Brasil e a Argentina é promissor nesta temporada. Com a alta de preços da *commodity*, a área plantada com soja aumentou na safra 2012/13:

• No Brasil, a área cresceu 10,4%, para 27,64 milhões de hectares. A produção, estimada em 82,06 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), será recorde;

• A Argentina deverá colher 51,50 milhões de toneladas, 28,4% acima da colheita anterior, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Apesar do excesso de chuvas no Centro-Oeste e da falta de chuvas na região Sul, a produtividade média das lavouras deverá ser melhor em 2012/13 no Brasil. No caso do milho 1ª safra, apesar da redução da área plantada, a produção será de 34,79 milhões de toneladas, 2,7% a mais na comparação com a safra passada. Quando se soma o milho 2ª safra, a produção nacional vai para 76,06 milhões de toneladas de milho, 4,2% acima do colhido em 2011/12.

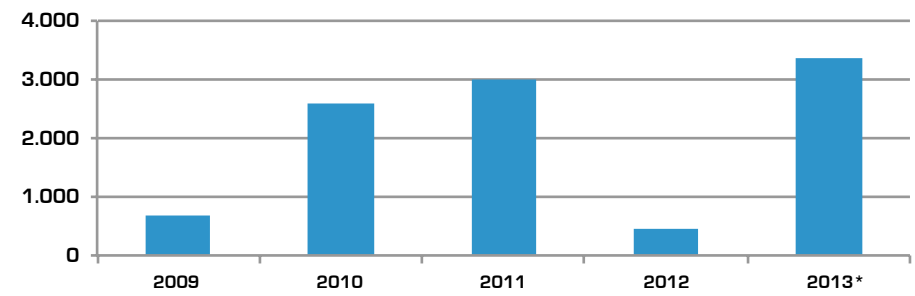
Espera-se uma recomposição dos estoques internos de soja para 3,37 milhões de toneladas no final de 2013. Será o maior volume dos últimos anos. Também o Departamento de Agricultura dos Estrados Unidos estima um incremento de 9,0% em 2013, na comparação com 2012.

Os estoques mundiais também devem aumentar.

No caso do milho, no Brasil, os estoques iniciais em 2013 estão estimados em 6,19 milhões de toneladas, com a previsão de terminar o ano com 15,56 milhões de toneladas. Ou seja, o panorama atual, pensando na oferta de milho, é mais confortável.

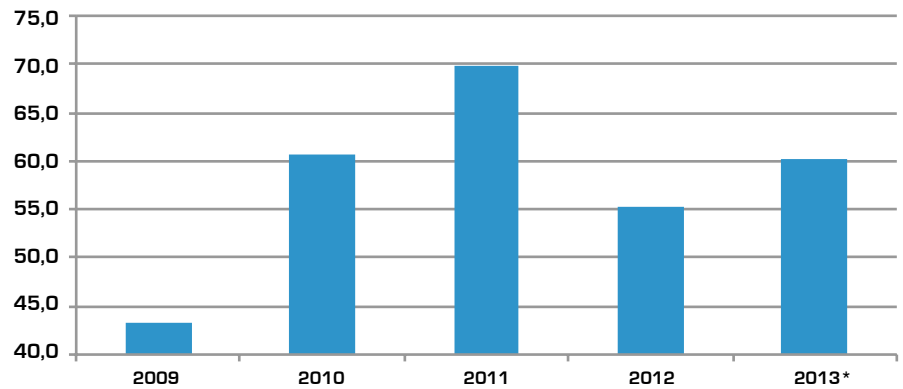
A maior disponibilidade do grão no mercado interno deve refletir em aumento das exportações brasileiras, principalmente em um cenário de demanda aquecida e possibilidade de revisões para baixo na produção dos Estados Unidos na temporada 2013/2014, em início de plantio.

Brasil: Estoques finais de soja (mil t)



* Estimativa
Fonte: Conab

Mundo: Estoques finais de soja (milhões de t)



* Estimativa
Fonte: USDA

Liderança nas exportações de milho

Em 2012, o Brasil exportou 19,77 milhões de toneladas de milho, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Com este desempenho, o País ficou logo atrás dos Estados Unidos como maior exportador mundial, tendo ficado este com embarques estimados em 20,96 milhões de toneladas na temporada 2012/2013.

Os números referentes às exportações norte-americanas podem sofrer alterações para baixo nos próximos relatórios. Esse fato colocaria o Brasil como maior exportador na temporada. Com a menor disponibilidade nos Estados Unidos, muitos compradores abasteceram-se do milho 1ª safra (inverno) no Brasil, com

Mundo, Brasil e Argentina: Produção e estoques finais de milho e soja (milhões de t)

	Soja		Milho	
	2011/12	2012/13	2011/12	2012/13
Brasil				
Produção	66,38	82,06	72,97	76,06
Estoques	0,44	3,37	6,19	15,56
Argentina				
Produção	40,1	51,5	21,00	26,5
Estoques	18,1	21,05	0,94	0,95
Mundo				
Produção	238,73	268,00	882,71	854,07
Estoques	55,22	60,21	131,16	117,48

Fonte: USDA (Argentina e EUA); Conab (Brasil)

Brasil: Maiores compradores do milho em 2012

Países	Milhões de t
Japão	3,04
Irã	2,96
Coreia do Sul	2,58
Taiwan	1,93
Egito	1,84
Marrocos	1,00
Arábia Saudita	0,75
Estados Unidos	0,73
Malásia	0,64
República Dominicana	0,61
Colômbia	0,47
Espanha	0,39
Peru	0,24
Cuba	0,23
Argélia	0,21

Fonte: MDIC/ SECEX

uma grande disponibilidade do grão no segundo semestre de 2012.

Os principais clientes brasileiros estão na Ásia, Oriente Médio e América do Sul. O Japão, maior importador mundial de milho, comprou 3,04 milhões de tonelada de milho brasileiro em 2012, frente às 734,50 mil toneladas em 2011.

Até os Estados Unidos compraram milho do Brasil. Foram 726 mil toneladas, perfazendo uma receita de US$ 191,8 milhões em 2012. Diante desse contexto, o Brasil tem espaço e potencial para ganhar mercado. A Conab estima que o País exporte 15 milhões de toneladas em 2013. Este volume é menor do que o embarcado no ano passado, porém bem acima da média dos últimos anos. Essa redução considera a retomada dos embarques dos Estados Unidos, diante da previsão de uma safra recorde na temporada 2013/2014. Vai depender do clima!

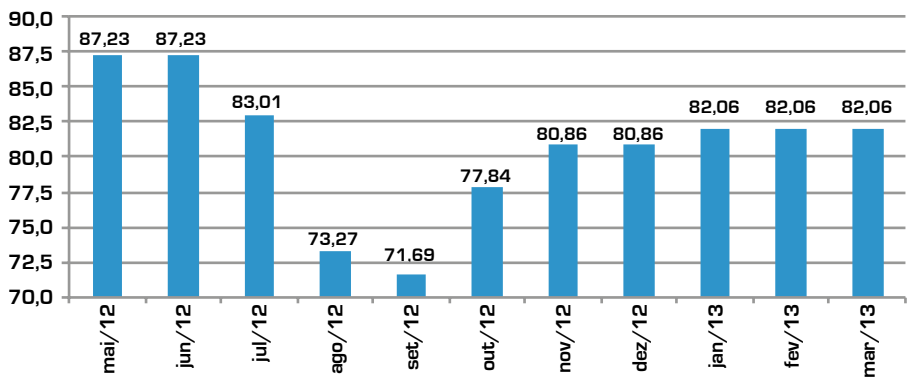
Clima e a safra norte-americana 2013/2014

No final de fevereiro, o USDA divulgou a primeira estimativa referente à safra norte-americana 2013/2014. A expectativa é de recorde de produção, com colheita de 92,67 milhões de toneladas de soja e 369,1 milhões de toneladas de milho. A área plantada com soja está estimada em 31,24 milhões de hectares, 0,4% superior ao da safra 2012/13.

Para o milho, a perspectiva é de redução de 0,7% na área em 2013/14, que deve ser de 39,05 milhões de hectares. Na temporada passada, no primeiro relatório, divulgado em maio de 2012, o USDA apontava uma produção de 87,23 milhões de toneladas nos Estados Unidos. Devido à forte seca no país, a produção norte-americana foi estimada em 71,69 milhões de toneladas no relatório de setembro de 2012, mas se consolidou em 82,06 milhões de toneladas na temporada, 5,9% abaixo das expectativas iniciais. Essa diferença entre os volumes estimados nos relatórios de maio e setembro de 2012, que chegou a 17,8%, foi a responsável pela alta de 39,0% nos preços do milho no mercado brasileiro entre junho e agosto do ano passado.

A previsão é de clima favorável na temporada que se inicia nos Estados Unidos. Em março, o início do plantio da safra 2013/14 ocorreu sob um cenário de boa umidade do solo em boa parte das regiões produtoras. ■

Estados Unidos: Estimativas da soja na safra 2012/13



Compilação pela Scot Consultoria – www.scotconsultoria.com.br
Fonte: USDA

1 Zootecnista – rafael@scotconsultoria.com.br
2 Engenheiro agrônomo – alcides.torres@scotconsultoria.com.br
3 Zootecnista – gm@scotconsultoria.com.br

Rússia

Avanços e desafios nas negociações

Rinaldo Junqueira de Barros*

UMA REUNIÃO de caráter estratégico aconteceu em Brasília, no dia 20 de fevereiro de 2013, presidida pelo vice-presidente do Brasil, Michel Temer, e pelo primeiro-ministro da Rússia, Dmitry Medvedev. Temas de interesse do agronegócio foram discutidos neste encontro da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN). A 2ª Reunião do Comitê Agrícola Brasil-Rússia, que antecedeu e subsidiou este relevante encontro bilateral, foi realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro.

A reunião da CAN, da qual também participaram o ministro da Agricultura da Rússia e o seu chefe do Serviço Veterinário e Fitossanitário, foi oportuna para:

- reiterar os esforços dos dois governos em estreitar e fortalecer a cooperação entre os países;
- ampliar o leque de investimentos; e
- fomentar o comércio entre Brasil e Rússia.

A pauta do comércio bilateral abordou temas de interesse do agronegócio, consagrando a Agricultura como área sensível e de grande importância para os dois lados. Em 2012, 90% do total exportado pelo Brasil à Rússia foram de produtos agrícolas, enquanto, no sentido inverso, 60% das importações brasileiras foram de fertilizantes, insumo básico para a agricultura.

As resoluções aprovadas atenderam as expectativas dos dois países. Por exemplo, uma antiga reivindicação russa, as exigências técnicas para o trigo ser exportado ao Brasil, foi atendida. Outro exemplo: foi atualizado o sistema de certificação da soja e de seus produtos derivados, atendendo a demanda dos sojicultores brasileiros.

Além de temas relacionados com defesa agropecuária, comércio e investimentos, o Comitê Agrícola Brasil-Rússia explorou também as perspectivas de cooperação entre os dois países nas áreas de pesquisa agrícola e cooperativismo.

Os encontros de fevereiro foram palco de discussões de temas sensíveis. Apesar de o serviço veterinário russo ter reconhecido, em novembro de 2012, que os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso estão nas mesmas condições sanitárias dos demais estados que exportam para a Rússia, em todas as discussões bilaterais realizadas, a parte brasileira lembrou que se completaram vinte meses sem que um único estabelecimento nestes três estados tenha sido habilitado à exportação. As autoridades russas responderam positivamente, apresentando um programa de liberação dos frigoríficos localizados nestes estados. A partir de março, o Serviço Federal russo iniciou o processo de revogação das restrições temporárias aplicadas em 2011, e os primeiros estabelecimentos voltaram a obter permissão de exportação para a Rússia.

Avanços nas parcerias e no relacionamento bilateral foram reconhecidos. O Brasil foi o primeiro grande exportador a se adequar imediatamente às exigências russas em proibir a importação de carne suína derivada de animais que foram alimentados com promotores de crescimento. Observando as recomendações do Comitê Científico da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), que manteve o Brasil na categoria de país de risco insignificante para a BSE, a Rússia não acompanhou outros importadores de carne bovina, aceitando e reconhecendo que o Serviço Veterinário brasileiro mantém controles adequados.

Atendendo um pedido do Brasil, a Rússia prorrogou a vigência dos modelos de Certificados Sanitários, evitando a interrupção das exportações de carnes e produtos de origem animal, considerando que os novos Certificados Veterinários uniformizados aprovados pela União Aduaneira (formada pela República de Belarus, República do Cazaquistão e pela Federação Russa) passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013. Adicionalmente, formulários de Certificados Veterinários uniformizados foram colocados em consulta pública, com o objetivo de observar as obrigações do Acordo SPS, prevalecendo os padrões do Codex Alimentarius, da OIE e da IPPC. A harmonização dos sistemas de controle sanitário e fitossanitário consolida-se como um novo desafio.

Os desafios para o Brasil exportar para a Rússia e seus parceiros da União Aduaneira são muitos. Ainda assim, os cenários indicam que é possível:

- ampliar a pauta de produtos brasileiros, facilitada pela revisão dos certificados sanitários;
- dar velocidade ao processo de habilitação de novos estabelecimentos, motivada pela proposta negociada em Brasília; e
- consolidar as parcerias, com maior participação dos exportadores e do Governo em feiras e eventos importantes para o mercado dos três países.

Bons resultados para o agronegócio brasileiro dependem da atenção na execução e cumprimento das obrigações, para assegurar e manter o acesso ao mercado de alimentos da União Aduaneira, como a qualquer outro país ou bloco. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido agrícola na Embaixada do Brasil em Moscou

Criação de camarão

Depois da crise

HÁ DEZ anos, a criação brasileira de camarões (carcinocultura) bateu recorde no Brasil, e as perspectivas eram extremamente promissoras. O potencial de produtividade da região Nordeste chamava a atenção de empresários nacionais e estrangeiros. Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), a produção brasileira alcançava o crescimento expressivo de 140% entre 2000 e 2002. Os resultados eram pródigos em termos da área cultivada, produção e exportação.

Justamente neste período, a produção mundial do camarão em cativeiro vivia situação crítica com o alastramento da chamada "mancha branca". Os países asiáticos (Tailândia, China, Índia, Vietnã e Indonésia), controladores de 50% das exportações globais, vinham de uma abrupta queda na produção e ainda estavam em processo de recuperação. Por sua vez, em 1999, os países latino-americanos da costa do Pacífico sentiram o impacto negativo da doença. A enfermidade chegou à Nicarágua, mas, logo em seguida, atingiu o Panamá, o Peru e o Equador. Ficou um vazio no suprimento do mercado internacional, e a carcinocultura brasileira ocupou rapidamente este espaço.

Com a apreciação do real frente ao dólar a partir de 2003, o cenário da carcinocultura brasileira, cuja produção era voltada basicamente para a exportação, teve uma virada brusca. Paralelamente, nos Estados Unidos, metade do mercado de destino dos embarques nacionais ganhou o processo *antidumping*, impetrado pelo seu Departamento de Comércio, a pedido dos produtores locais, na Organização Mundial do Comércio (OMC), contra diversos países, inclusive o Brasil. Com o direito compensatório de aplicar tarifas à importação pelos americanos, a produção brasileira perdeu competitividade e teve de buscar outros mercados.

Mesmo assim, as perspectivas corriam positivas com a ocorrência de novos fatos. O tsunami de 2005 destruiu grande parte da estrutura camaroneira da Tailândia, importante exportador para o mercado norte-americano. A decisão dos Estados Unidos foi reduzir a sobretaxa para o produto brasileiro, do teto de 36,8% para 7,05%. Houve a criação de uma linha de financiamento especial pelo Banco do Nordeste, para a formação de um estoque regulador e uma melhor capacidade de negociação para os criadores.

No final de 2004, a "mancha branca" foi constatada no Brasil, em fazendas localizadas no município de Laguna, na região sul do estado de Santa Catarina. O golpe veio pesado, e os efeitos desastrosos apareceram no ano seguinte, com queda quase total na produção. Esse foi o primeiro registro da enfermidade no Oceano Atlântico. Em 2005, o DNA do vírus da doença foi encontrado no Vale do Jaguaribe, estado do Ceará, na região Nordeste. Era o sinal preocupante de dificuldades irremediáveis com o mercado de exportação a médio prazo.

Desde então, os problemas acumularam-se na produção e na comercialização do camarão de cativeiro. Além do surgimento de doenças, sobressai a baixa capacidade de organização entre as empresas envolvidas na atividade, devido às diferenças de capacidade de produção, estágio tecnológico, dispersão física e capitalização financeira. A ociosidade nas unidades frigoríficas aumentou sobremaneira, enquanto a continuidade do câmbio valorizado deixava o mercado de exportação sem qualquer possibilidade concreta de acesso. Do lado do Governo, a demora na emissão das licenças ambientais com o maior o rigor da legislação atrasava e encarecia os empreendimentos.

Encontrar o futuro

Entre 2000 e 2009, de acordo com a FAO, a produção mundial de camarão passou, em milhões de toneladas, de 4,0 para 6,6. Neste período, a participação da produção em cativeiro passou de 27% para 51%, enquanto a China aumentou de 6%

A doença da mancha branca

Enfermidades virais têm provocado sérios impactos econômicos nos cultivos de camarões nos principais países produtores. O grande destaque é a doença da "mancha branca". Sem representar nenhum perigo para o ser humano, mesmo com a ingestão de animais doentes, a síndrome da mancha branca não é uma zoonose. A doença recebe este nome por deixar a carapaça do crustáceo com manchas arredondadas e esbranquiçadas. Entretanto, basicamente pela sensação visual, a sua presença é bem restritiva do ponto de vista comercial.

Estudos apontam que alterações na qualidade física e química da água dos viveiros de cultivo podem ocasionar estresse e alteração no estado imunológico dos camarões, tornando-os suscetíveis ao ataque de patógenos. Mas, a quantidade de pesquisa realizada não é suficiente para avaliar uma associação entre os parâmetros físicos, químicos e biológicos e a manifestação da mancha branca em fazendas de camarão.

Atualmente, não existe tratamento para esta virose, que compromete especialmente o sistema imunológico do animal, acarretando a sua morte. Algumas fazendas de camarão podem conviver com a doença sem, contudo, apresentar grandes problemas de produção, porque os animais se mantêm assintomáticos ou apresentam sinais clínicos de baixo impacto na produtividade. Como medidas de controle da doença, o Ministério da Pesca e Aquicultura definiu medidas de biossegurança como o tratamento dos resíduos do beneficiamento dos camarões das fazendas acometidas, além de fortalecer as ações junto aos órgãos executores de defesa sanitária animal nos estados.

para 20% a sua representação. A tendência é de decréscimo relativo na captura do camarão silvestre, em razão da superexploração dos bancos pesqueiros e de medidas de proteção às tartarugas marinhas.

Os exportadores brasileiros tinham como ordem de prioridade, em primeiro lugar, atender o mercado europeu, que, paulatinamente, cedeu espaço em função da elevada exigência de qualidade e do aumento na taxa de devolução do produto. Em compensação, cresceram, como segunda opção, os embarques para os Estados Unidos, mas barrados abruptamente diante do contencioso na OMC.

Assim, a dificuldade de abrir novos mercados com a valorização cambial real forçou a comercialização para o mercado interno. As indústrias de pescado abastecem a maior parcela do "mercado institucional", representado por bares, restaurantes, supermercados e hotéis. Os atravessadores compram a produção dos pequenos e médios empreendimentos para vender nos grandes centros urbanos do Nordeste, com o transporte e o acondicionamento, geralmente, inadequados. Os intermediários mais estruturados revendem para o Sudeste, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre as principais lições extraídas pela carcinocultura com essa longa crise de grandes dimensões, estão as mudanças ocorridas no sistema produtivo, com a redução na densidade de animais nos viveiros e uma menor incidência de doenças. Os empreendimentos devem ter como metas a redução de custos e a segurança sanitária do sistema produtivo. O suporte técnico permanente torna-se fundamental, em particular na pequena produção.

Nesse novo ciclo de negócios para carcinocultura nacional, o monitoramento da variabilidade genética é vital para a melhoria dos plantéis comerciais. Da mesma forma, a avaliação técnica e econômica cabe no processo de produção com camarões nativos e nos sistemas de circulação fechada de efluentes. Tudo isso acompanhado de estudos ambientais (edáficos, de fauna e de flora) e das áreas de cultivo.

Os grandes países asiáticos produtores superaram as dificuldades dos anos 90 com a obtenção de níveis de produtividade e rentabilidade bastante elevados. Isso contribuiu para que aumentassem as suas competitividades no mercado internacional. O avanço das tecnologias de cultivo abrange o melhoramento genético, desenho e engenharia de projetos, tecnologia de nutrição, biossegurança, insumos e equipamentos, processamento do produto e, mais recentemente, biotecnologia.

Para a ABCC, o setor dispõe, atualmente, da mais moderna tecnologia para exploração e cultivo do camarão, de modo a garantir melhor qualidade ao produto. O processo é conduzido para produzir um alimento saudável, com respeito ao meio ambiente, em condições de competitividade de preço, de modo a ampliar ainda mais sua participação no mercado interno. De acordo com a entidade, há 1,3 mil produtores de camarão em tanques, no País, 95% dos quais no Nordeste, com a ocupação de quase 20 mil hectares. O consumo *per capita* do brasileiro é de apenas 500 gramas por ano, enquanto, no México, é de 1,5 quilo; nos EUA, de 7 quilos; e, na Europa, de 9 quilos. Há muito espaço para a expansão. ■

Brasil: Exportação de camarão cultivado

Ano	Quantidade (milhões de t)	Receita (US$ milhões)
1999	4,9	40,7
2000	13,3	105,6
2001	23,5	129,7
2002	40,1	175,5
2003	58,4	225,9
2004	52,2	195,6
2005	41,9	166,0
2006	30,1	118,8
2007	15,5	58,9
2008	9,4	40,5
2009	5,7	21,6
2010	1,6	6,8
2011	0,1	0,9
2012	0,0	0,0

Fonte: ABCC

Brasil: Produção de camarão cultivado

Ano	Produção de camarão (milhões de t)
1998	7,0
1999	15,0
2000	25,0
2001	40,0
2002	60,0
2003	90,2
2004	75,9
2005	65,0
2006	65,0
2007	65,0
2008	70,0
2009	65,0
2010	70,0
2011	69,6
2012	75,0

Fonte: ABCC

Tomate

Vilão da inflação

O TOMATEIRO é uma das hortaliças mais cultivadas no mundo ocidental. Originário da região andina, do norte do Chile até o Peru, foi trazido para o Brasil na época da colonização. Mas, seu cultivo só teve grande fomento depois do fluxo das imigrações nas regiões Sudeste e Sul. A partir de 1970, a lavoura expandiu a sua fronteira para todos os estados. É a segunda hortaliça mais cultivada no mundo, superada apenas pela batata.

A espécie cultivada (*Lycopersicon esculentum*) é uma planta herbácea, com caule flexível, incapaz de suportar o peso da planta e dos frutos na posição vertical. A sua forma natural é de uma moita de vegetação baixa, com abundante ramificação lateral. A sua haste pode chegar a 2,5 metros de altura. Certas cultivares não ultrapassam 1 metro, terminando por um cacho de flores, em cultura rasteira. Os frutos são bagas carnosas e suculentas, geralmente vermelhas, quando maduras, com formato globular, achatado ou piriforme.

De grande importância econômica para o País, o tomate destaca-se pelo seu valor nutricional, com alto teor de caroteno, tiamina, niacina e vitamina C. Movimenta um cifra anual no Brasil de R$ 2 bilhões, segundo a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas. Fruto rico em licopeno, substância responsável pela coloração vermelha, é recomendado para a prevenção ao câncer de próstata. No País, está entre os alimentos mais procurados para a composição da salada e um dos principais componentes de diversos produtos industrializados, como os extratos, molhos, *ketchup*, concentrados e, em menor escala, a produção de sucos.

No *ranking* da produção mundial de tomate (2009/10), o Brasil ocupa o 9º lugar, sendo a China a maior produtora, seguida pelos Estados Unidos e pela Índia. Em vinte e cinco anos, a produção mundial cresceu 123%: em 1985, a média de produção era de 65,4 milhões de toneladas; já, em 2010, este número saltou para 145,7 milhões de toneladas. Com inovações tecnológicas e otimização de processos no segmento de sementes, logística e comercialização, o setor passa por grandes alterações.

O tomate de mesa consumido *in natura* demanda práticas culturais delicadas e manipulações específicas, como as podas das folhas e o raleio de frutos. Orientada para a modernização, a produtividade média nacional aumenta de forma significativa. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, a produção em toneladas por hectare foi, respectivamente, de 33,9, 42,0 e 57,9; enquanto, em 2010, atingiu 61,3 toneladas. Em três décadas, a produtividade na tomaticultura brasileira teve um incremento de 80%.

No tomate usado para fins industriais, as variedades possuem crescimento determinado. O seu processo de produção vai direto do plantio à colheita, de uma só vez, com características próprias, como o tamanho do fruto, por exemplo.

Uma das medidas adotadas pelos agricultores para aumentar a produção por hectare de frutos de maior valor comer-



SXC.HU

Brasil: Área (ha) e produção (mil t) de tomate

Ano	Total		Industrial		Mesa	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
2000	56.866	3.004	12.648	1.868	44.218	1.136
2001	57.663	3.103	12.187	1.000	45.476	2.103
2002	62.647	3.653	13.053	1.100	49.594	2.553
2003	61.478	3.641	16.378	1.249	45.100	2.392
2004	57.889	3.421	14.479	1.400	43.410	2.021
2005	60.639	3.454	13.340	1.213	47.299	2.241
2006	59.027	3.364	13.336	1.150	45.691	2.214
2007	58.875	3.431	15.778	1.290	43.097	2.141
2008	62.581	3.944	16.294	1.200	46.287	2.744
2009	65.964	4.204	18.253	1.150	47.711	3.054
2010	60.756	3.708	21.258	1.796	39.498	1.912
2011	66.221	4.146	18.764	1.590	47.457	2.556
2012	64.880	4.091	17.150	1.200	47.730	2.891

Fonte: IBGE

Aquecimento dos preços

O critério de padronização e classificação baseia-se muito nos aspectos da coloração e o diâmetro do fruto. O manuseio inadequado e o uso de embalagens impróprias interferem diretamente na qualidade do produto. De um modo geral, os preços de comercialização são determinados no próprio mercado, em decorrência da oferta e procura do produto.

A volatilidade dos preços é uma característica comum no mercado de produtos perecíveis como o tomate. Entre fevereiro e abril, a ocorrência de picos no preço é considerada regular. A grande colheita realizada de outubro de 2011 a abril de 2012 resultou em aumento da oferta. Os preços ficaram abaixo do esperado pelos agricultores. Em outubro, a receita mal cobria os custos com plantio e colheita, fora do padrão de lucratividade planejado.

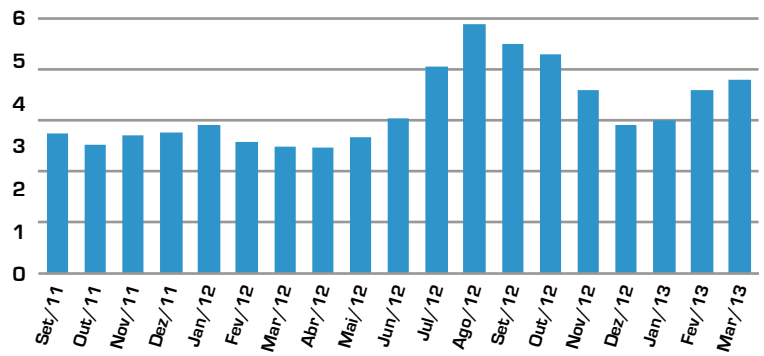
O setor produtivo encetou um movimento forte para valorizar o produto, com a tomada de decisão para reduzir a área plantada. Muitos produtores migraram para outras culturas Diante desse cenário de produção intencionalmente encolhida, as regiões produtoras do Centro-Oeste, Sul e Sudeste também foram prejudicadas com muita chuva no segundo semestre de 2012. O excesso de umidade, junto às temperaturas do verão, alastrou doenças e pragas nas lavouras. A quebra na colheita intensificou-se além do esperado. No Nordeste, particularmente na Bahia e em Pernambuco, a estiagem causou frustração na plantação. Para os municípios produtores no agreste e sertão pernambucanos, a seca foi mais severa.

Tudo isso resultou numa queda na oferta em torno de 16% no País. Com a demanda no auge do aquecimento na Semana Santa e o frete mais caro por conta do reajuste do diesel, assistiu-se a um verdadeiro *rally* de preços. O tomate de mesa, segundo produto mais comercializado pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), maior entreposto de frutas e hortaliças da América Latina, com 292 mil toneladas por ano, reduziu seu fluxo em quase 30% no primeiro trimestre deste ano.

O problema não é o produto em si, cujo peso no IPCA é de apenas 0,33%. O que realmente chamou a atenção foi o fato de o tomate ser o item com maior aumento entre janeiro e abril deste ano (60,9%) e o segundo na comparação de doze meses (122,13%). Na verdade, o comportamento do grupo da alimentação, cujo peso é de 24,5% no IPCA, é alvo de rápida percepção pelos consumidores nos últimos tempos.

A tendência para este segundo trimestre é de recuperação da oferta e o retorno nos preços do tomate para os níveis normais. Outros produtos também conviveram com esse período de incertezas agrícolas que ficou para trás. O padrão de comportamento no valor do fruto ao longo do ano obedece ao ciclo de produção. Até o terceiro mês, o preço segue uma curva de elevação, com queda depois de abril, que, em função da maior produção, é um pouco maior. É uma das culturas com intervalos mais intensos de variação nas cotações. Quanto à taxa de inflação, o peso do tomate, bem como de outras hortaliças na composição do índice, é muito pequeno.

Brasil: Evolução do preço do tomate (R$/kg)



Fonte: IBGE

cial é mediante mudanças nos sistemas de condução e tutoramento das plantas em campo. Como a maioria das cultivares pertencentes ao segmento de tomate de mesa possui o hábito de crescimento indeterminado, há necessidade de tutorar sua haste ou caule herbáceo na medida em que a planta se desenvolve. Esse trabalho oferece suporte para o crescimento das plantas, de modo a aumentar a ventilação e a iluminação, sem dificultar os tratos culturais.

A cadeia de comercialização para tomate de mesa normalmente é constituída de três agentes: produtor, atacadista e varejista. A existência do intermediário varia entre as regiões produtoras. A comercialização por atacado acontece nos espaços físicos concentrados nas centrais de abastecimento, onde diferentes produtos são comercializados.

Muitos atacadistas possuem produção própria, de modo a minimizar as dificuldades de compra e recebimento do tomate. Isso lhes permite maior controle no fornecimento e recebimento do produto. Investem em máquinas especiais para refrigeração, seleção e classificação e na montagem de *packing houses*. Os atacadistas, normalmente, prestam algum tipo de serviço ao agricultor, com o fornecimento de embalagens, transporte, sementes, adubos e/ou auxílio na colheita.

Os compradores de tomate de mesa são supermercados, feirantes, sacolões, distribuidores e, de forma não representativa, os hospitais e restaurantes. Nos últimos anos, cresceu a participação dos supermercados como fornecedores de frutas e hortaliças. A embalagem de madeira, conhecida como caixa K, possui ampla utilização, seguida pelas embalagens plásticas e de papelão. ■

Iniciativa Mercosul

Aliança público-privada

Cleber Lima Guarany*

A EXPERIÊNCIA adquirida pela Fundação Getulio Vargas nos últimos anos na elaboração de projetos agroindustriais nacionais e internacionais tem nos permitido desenvolver modelos de negócios sustentáveis para diferentes arranjos produtivos.

Levando em conta que o objetivo final é criar projetos sustentáveis com alto impacto, ou seja, projetos com baixo risco, alto retorno para os investidores e um positivo impacto social e ambiental, temos considerado estruturas de modelo de negócio com envolvimento de diferentes atores, como Governo, setor privado e terceiro setor (fundações, institutos etc.).

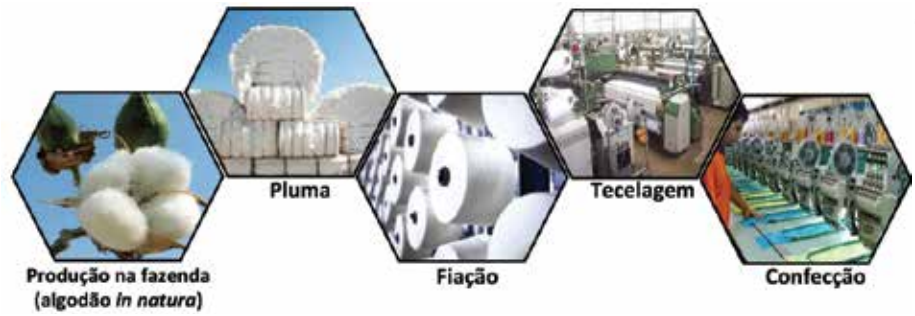
A partir da elaboração de um plano diretor, que serve de base para definição dos diversos modelos de negócios possíveis, idealizamos aquelas cadeias de produção com maiores chances de se viabilizar. Essas estruturas permitem-nos construir projetos com alto impacto social e ambiental, integrando de maneira eficaz os pequenos e médios produtores na cadeia de valor.

Esse posicionamento permite ao poder público atuar de forma a atrair a iniciativa privada e garantir geração de riqueza e distribuição de renda. Podemos dizer que seria um meio termo entre uma postura neoliberalista, que prega a mínima participação estatal, e um modelo em que o Estado forte e interventor prevalece.

Entre os projetos atuais da FGV, cito como exemplo a Iniciativa Mercosul, elaborada pela FGV para desenvolver empreendimentos de produção agroindustrial baseada no potencial regional existente no continente sul-americano.

Constituída a partir das diretrizes estabelecidas por um plano diretor e cuidadosamente desenhada para garantir competitividade aos projetos desenvolvidos, a Iniciativa Mercosul permitirá um melhor aproveitamento das vantagens comparativas de cada região.

Algumas regiões possuem recursos naturais para a produção de fertilizantes, necessária aos projetos agroindustriais,



FGV

enquanto outras têm vocação para o cultivo de determinadas culturas anuais ou perenes. Existem, ainda, regiões que possuem abundância de mão de obra, mas são carentes de terras agricultáveis; enquanto outras encontram-se em situações exatamente opostas.

Dentro do portfólio de projetos que estão sendo trabalhados nessa iniciativa, vale citar os projetos da cadeia do algodão. Para desenvolver uma cadeia de produção forte capaz de produzir da fibra à confecção, é importante garantir volume de produção, produtividade, qualidade e custos competitivos na produção agrícola do algodão.

Dessa maneira, criamos as condições básicas para desenvolver toda a cadeia de valor do algodão. Na própria fazenda, pode-se separar a pluma para produção de fios, que serão utilizados na produção de tecidos para indústria de confecção.

Construir os projetos ao longo da cadeia de produção de modo a manter a competitividade em cada etapa do processo é a chave para garantir a sustentabilidade de toda a cadeia.

Nesse contexto, a Iniciativa Mercosul tem estruturado os projetos considerando as melhores regiões para estabelecer cada etapa da cadeia do algodão. Variáveis como áreas agrícolas, condições logísticas, disponibilidade de mão de obra, incentivos fiscais, legislação local etc. são determinantes para identificar onde serão estabelecidos os empreendimentos.

O Governo, representado nas regiões da área de influência do Mercosul, tem um papel de garantidor do aproveitamento das vantagens comparativas, fundamentais para se estabelecer uma cadeia de produção do algodão competitiva, além de garantir que os alcances sociais serão considerados.

Ações de investimentos em melhoria de rodovias, portos, rede elétrica etc., além de incentivos à adoção de modelos de negócios que contemplem inclusão social e distribuição de renda, são alguns exemplos da importância da ação do Estado. Vale lembrar que, ao investir nessas estruturas de modelo de negócio, o retorno financeiro para esses investimentos virá em forma de aumento na arrecadação de impostos e de impactos sociais positivos (citados acima).

O caminho para a chegada dos investimentos para construção da cadeia de valor competitiva vem da iniciativa privada, com projetos bem estruturados, apresentando bons retornos sobre os investimentos e riscos gerenciáveis.

Dessa maneira, a Iniciativa Mercosul está desenvolvendo uma série de projetos atrativos para iniciativa privada e com forte apoio governamental para cadeia de valor do algodão, o que permitirá produzir não somente o algodão *in natura* competitivo, mas também a pluma, o fio, o tecido e toda uma indústria de confecção.

Esperamos que esse exemplo de integração, com forte planejamento para garantir geração de riqueza, distribuição de renda, benefícios sociais e uma participação ativa da iniciativa privada, possa estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento agroindustrial na região. ■

*Coordenador de projetos da FGV Projetos

Inscreva-se no PDGC. Sua cooperativa cresce e os resultados aparecem.



Quer aumentar a produtividade e a rentabilidade da sua cooperativa? Inscreva-se no PDGC.

Além de promover boas práticas de gestão, você faz um diagnóstico do planejamento estratégico, governança, relacionamento com o cooperado, dentre outros. Com isso, melhora os projetos e os resultados da sua cooperativa.

Participe! Acesse **http://pdgc.brasilcooperativo.coop.br** ou procure a unidade do Sescoop no seu estado.

FNQ FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE
EXCELÊNCIA EM GESTÃO

SESCOOP monitoramento | Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC)

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

ONU

Ano Internacional da quinoa

Adriano José Timossi*

DESDE 1959, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação (ONU) declara e elege temas para celebrar internacionalmente cada ano. No ano passado, com muito sucesso, tivemos o Ano Internacional das Cooperativas.

Para 2013, elegeu-se o "Ano Internacional da Quinoa", com o tema *Um futuro semeado há milhares de anos*. A ideia, lançada pela Bolívia e endossada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), teve apoio de importantes países produtores agrícolas, como o Brasil, Argentina, Austrália, entre outros. O objetivo é atrair a atenção mundial para a importância sobre a quinoa (*Chenopodium quino*), cultura tipicamente andina, em função de seu grande potencial quino para aumentar a segurança alimentar e reduzir a pobreza.

No seminário "Culturas do Século XXI", realizado na Espanha, no final de 2012, Graziano da Silva, presidente da FAO, ressaltou a importância de se combater a fome e promover uma alimentação saudável para o desenvolvimento rural no mundo, sobretudo em regiões pobres. A quinoa também pode ser uma valiosa cultura na luta contra as mudanças climáticas, uma vez que apresenta significativa tolerância à seca e à acidez do solo e boa capacidade de adaptação em diferentes altitudes e temperaturas.

Em seu Ano Internacional, prevê-se a publicação de um completo estudo sobre o panorama atual da quinoa no mundo. Isso abre uma oportunidade para a sua cadeia produtiva, tendo em vista vincular produtores das comunidades indígenas aos mercados, bem como possibilidades para ampliar os mercados já existentes.

Para melhorar o intercâmbio de informação e os conhecimentos científicos e técnicos, está prevista a organização de um Congresso Mundial Científico e de um Simpósio Internacional sobre os Valores Culturais e Nutricionais da Quinoa. É um reconhecimento da contribuição dos povos indígenas dos Andes por seu trabalho de guardião de uma importante fonte de alimento para o presente e as futuras gerações. Espera-se o fortalecimento de parcerias e a cooperação internacional entre os agentes dos setores público, não governamental e privado.

Trata-se de uma grande ocasião para reforçar o apoio público e privado a pesquisas sobre o potencial da cultura no Brasil. O pioneirismo e a excelência da Embrapa e outras instituições nacionais com as pesquisas de melhoramento genético e manejo da cultura da soja para solos tropicais, realizadas há décadas, serve de exemplo e inspiração para a quinoa no País. ■

Maiores informações:
ONU – Ano Internacional da Quinoa
http://aiq2013.org

*Engenheiro agrônomo, especialista em Assuntos Agrícolas

Conheça a quinoa

Cultivada há mais de 7.000 anos, a cultura é um pseudocereal da família do espinafre e da beterraba. Quando pequena, a planta é semelhante ao espinafre na idade adulta. Seus cachos são similares ao sorgo.

Conhecida pelo alto valor nutritivo e importantes características agronômicas, para os incas, é um alimento sagrado. Cerca de setenta países no mundo já conduziram ou estão conduzindo experimentos com a quinoa, mas apenas seis deles possuem produção comercial, segundo a FAO.

A cultura encontra-se na forma nativa em toda a região andina, desde a Colômbia (Pasto) até o norte da Argentina (Jujuy e Salta) e sul do Chile. Bolívia e Peru representam cerca de 90% da produção, com um total de 80.000 toneladas colhidas em 100.000 hectares (FAO, dados de 2010). Outros países incluem o Equador, terceiro maior produtor mundial.

Há, também, fazendas comerciais na Argentina e Estados Unidos, entre outros, com volume ainda muito reduzido. No Brasil, a Embrapa Cerrados realiza experimentos com a cultura desde os anos 90. Em 2004, foi uma das novidades apresentadas durante o 5º Encontro Nacional de Plantio Direto na Palha, promovido pela Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha e pela Associação de Plantio Direto no Cerrado, com apoio da Embrapa.

O consumo da quinoa é crescente, sobretudo por um nicho de pessoas com alta renda na busca de alimentos saudáveis e naturais em países desenvolvidos e emergentes. Até há pouco tempo, a quinoa era relacionada à ideia de um alimento das populações andinas de baixa renda, utilizado apenas para a alimentação de animais.

Estudos mostram a quinoa com qualidades nutritivas superiores aos cereais mundialmente comercializados. Como apresenta um teor baixo de glúten (20 miligramas por quilo), ao contrário dos cereais, atrai muitos consumidores celíacos e alérgicos. Além da fácil digestão, não contém colesterol.

Cerca de 37% das proteínas presentes no vegetal são formadas por aminoácidos considerados essenciais. Possui quase todos os minerais em um teor superior aos cereais, como cálcio, fósforo, potássio, magnésio, entre outros, além de alto conteúdo de vitaminas dos complexos B, C e E.

Safra 2013/14

Cana em ritmo de recuperação

Plinio Mário Nastari*

OS EFEITOS da crise financeira de 2008 ainda são perceptíveis em um bom pedaço do setor sucroalcooleiro brasileiro, mas os impactos causados por três anos consecutivos (2009 a 2011) de clima anormal começam a ser superados, pelo menos na região Centro-Sul, que deve representar, na safra 2013/14, cerca de 92% da moagem de cana do País. Neste ano, a moagem de cana na região Centro-Sul deve crecer significativamente em relação à performance do ano anterior, de 532,33 milhões de toneladas, e se aproximar da capacidade efetiva de moagem, podendo atingir 587 milhões de toneladas, com um índice de ocupação superior a 95%, cuja confirmação vai depender mais do aproveitamento de tempo das usinas, a ser determinado pelo clima durante a safra, do que da disponibilidade de matéria-prima.

Na região Norte-Nordeste, os produtores enfrentam o desafio de superar a grave seca que assola a região e que tem poupado de forma moderada apenas aqueles que investiram e dispõem de irrigação complementar ou de salvamento. Nesta região, a moagem de cana da recém-encerrada safra de 2012/13 ficou restrita a 55,86 milhões de toneladas, com significativa redução em relação ao ciclo anterior, quando foram processadas 65,09 milhões de toneladas.

Chama a atenção a queda acentuada no ritmo de expansão da capacidade de moagem, com poucos novos projetos e expansões de usinas já existentes entrando em operação em 2013, ao mesmo tempo em que existe a perspectiva de que outras usinas somem-se à lista das quarenta e uma que encerraram atividades desde 2008. Portanto, a capacidade efetiva de moagem deve ficar estagnada ou apresentar um crescimento modesto em 2013. O prazo de maturação de novos investimentos em moagem é de dois a três anos, no mínimo, o que significa que, mesmo havendo potencial de crescimento da produção agrícola, a expansão da produção de produtos finais estará, nesse horizonte, comprometida pela limitação de capacidade de moagem.



SXC.HU

A área com maior potencial de redução de custos ao alcance da indústria é o aumento da produtividade agrícola, e, nesse aspecto, as perspectivas são alvissareiras. Na safra 2013/14, dependendo da microrregião considerada, é esperado um aumento de produtividade agrícola sobre o ano anterior de 7% a 11%. Isso significa que, neste ano, a produtividade deve aproximar-se da performance observada em 2010, quando se atingiu a média de 85,1 toneladas de cana por hectare na região Centro-Sul.

No que tange à produtividade agroindustrial (combinando as condições agrícola e industrial), o atual estágio tecnológico já permite a geração de 7 mil litros de etanol por hectare, na forma de etanol ou açúcar, e, em pouco tempo, possivelmente até o final desta década, poderá ser possível atingir produtividades agroindustriais próximas a 12 mil litros por hectare. Segundo o diretor executi-

vo do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira, em Piracicaba), Gustavo Leite, espera-se atingir níveis entre 30 e 35 mil litros por hectare até 2035. São números impressionantes considerando que o etanol de milho garante uma produtividade média, atualmente, de 3,2 mil litros por hectare e que o seu potencial máximo é de 6,5 mil litros por hectare, além da sua menor vantagem em termos de balanço energético e redução na emissão de gases do efeito estufa.

Por outro lado, os desafios permanecem não apenas no aperfeiçoamento das operações agrícolas de plantio e colheita mecanizada, como também no cumprimento de normativos legais. A Lei da Balança, que limita em 75 toneladas o Peso Bruto Total Combinado (PBTC) transportado, cana mais tara, por comboio, deve aumentar os custos de transporte da matéria-prima. A Lei do Caminhoneiro (Lei 12.619/2012), que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, teve o efeito prático de reduzir entre 25% e 30% a frota rodante do País, de cerca de 2 milhões de veículos pesados. Considerando que são vendidos 100 mil caminhões por ano no Brasil, mesmo sem levar em conta o sucateamento da frota, vai levar de cinco a seis anos para que seja recomposta a frota anterior à promulgação da lei. Isso tudo ocorre no momento em que cresce a oferta de açúcar e etanol e, principalmente, de grãos, o que deve impulsionar, junto ao aumento do preço do diesel, o frete dos produtos finais.

Portanto, ao mesmo tempo em que existe um potencial real de redução de custo no médio e longo prazos, advindo principalmente da possibilidade de incorporação de tecnologia na área agrícola, no curto prazo, o custo do açúcar e do etanol deve continuar pressionado pelo aumento do frete da matéria-prima e dos produtos finais, além do custo mais elevado de mão de obra. Não há, pois, perspectiva concreta de redução significativa, pelo menos no curto prazo, do custo marginal de expansão do produtor, que é aquele localizado na região Centro-Sul do Brasil.



SXC.HU

Soma-se a esse aspecto o fato de que, embora as demandas por açúcar e etanol continuem em expansão nos mercados interno e externo, o mercado enfrenta o terceiro ano consecutivo de superávit no mercado mundial. A DATAGRO projeta para a safra mundial de 2012/13 (setembro-outubro) um superávit de 10,27 milhões de toneladas de açúcar cru equivalente.

Nos próximos anos, as exportações de etanol devem retomar o crescimento, tanto para os Estados Unidos, quanto para a Índia. Nos EUA, o etanol celulósico continua atrasado, abrindo espaço para o etanol de cana, considerado avançado por sua superior capacidade de poupar emissão de gases do efeito estufa. Em 2013, a Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados Unidos (US-EPA) definiu uma janela que permitirá a importação de até 3,09 bilhões de litros de etanol de cana vindos dos Brasil, para atendimento do mandato estabelecido pela Lei de Energia (Energy Independence and Security Act) de 2007.

A Índia, desde o final de 2012, retomou o seu projeto de adição de etanol na gasolina e, no curto prazo, precisará contar com a importação de etanol do Brasil para atender uma demanda crescente. As exportações de etanol para a Índia em 2013 podem, facilmente, superar os 500 milhões de litros.

Ao mesmo tempo, existe um real potencial de expansão da produção de açúcar na Índia, Europa, Tailândia e Austrália. Esse cenário complexo deverá afetar profundamente a maneira com a qual o setor sucroenergético irá operar a partir do próximo ano, fazendo com que cresça em importância a demanda potencial de etanol no mercado interno.

O mercado brasileiro exige uma produção cada vez maior de etanol para atender o seu crescente mercado interno. Enquanto, nos meses de setembro e outubro de 2009, a demanda mensal de etanol hidratado chegou a superar 1,5 bilhão de litros; em 2012, a média mensal ficou em cerca de 820 milhões de litros. A expansão da frota *flex* desde 2009 permitiria que a demanda de etanol hidratado no mercado interno atingisse, atualmente, mais de 1,8 bilhão de litros por mês. Caso um terço desta demanda potencial seja aproveitada se não em 2013, pelo menos em 2014, haveria o efeito de aumentar a produção e consumo de etanol hidratado em 4 bilhões de litros de etanol, reduzindo a oferta de açúcar em 6,4 milhões de toneladas, com impacto potencial direto no preço. ■

*Mestre e doutor em Economia agrícola, foi professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da EAESP-FGV e presidente da DATAGRO Consultoria

Flutuação de preços

Como se proteger?

Hsia Hua Sheng*

VOLATILIDADE DE preços de produtos agrícolas faz parte do agronegócio. Para grandes empresas multinacionais, como as quatro maiores t*radings* mundiais – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus –, a estratégia é fazer a diversificação de produtos na horizontal e a integração estratégica da cadeia produtiva na vertical. Estas estratégias de proteção natural também são complementadas pelos usos de derivativos.

Diferente das grandes *tradings*, por questão de limitação de recursos financeiros, os produtores de um ou dois produtos agrícolas não podem contar com estas estratégias de diversificação e verticalização. Nesses casos, o que eles podem fazer para lidar com a volatilidade de preços?

Em primeiro lugar, os produtores podem fixar uma receita maior do que seus custos operacionais. Se o produtor não travar o preço de venda, sua receita ou resultado vai depender do preço de venda à vista na data de entrega: quanto maior o preço na data de entrega, maior é a receita; por outro lado, dependendo da queda deste preço, sua receita pode não ser suficiente para cobrir o custo total de produção. Essa deveria ser sua maior preocupação.

Para mitigar esse risco no preço, a prática mais comum é travar o preço antecipadamente, usando um contrato financeiro ou um contrato de derivativo com data de vencimento próxima à data de entrega física. Há várias formas de fazer essa proteção; vender o contrato a termo com base nas telas de contratos futuros negociados na Bolsa é uma das operações mais utilizadas. Por exemplo, para produtores de açúcar, os contratos futuros mais solicitados para fixar preço são de sugar 11 de Nova Iorque ou de sugar 5 de Londres.

Suponhamos que um produtor fixou um preço de venda a termo de US$ 16 por unidade com uma *trading* ou uma empresa agrícola. Essa operação de venda a termo geraria lucro se o preço na data de entrega caísse para baixo de US$ 16. Se o preço subisse acima de US$ 16 na data de vencimento, esta operação a termo teria provocado um prejuízo.

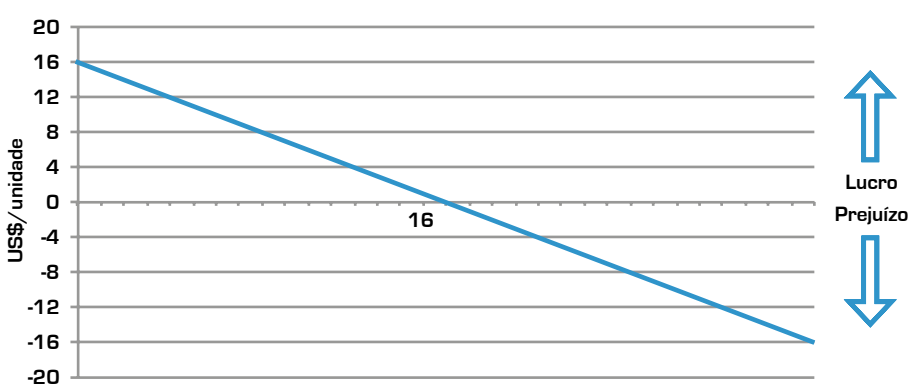
Dada essa análise, alguém poderia pensar que o produtor que fez a venda a termo deva torcer para o preço cair. Todavia, a resposta é um sonoro 'não'. É importante lembrar que a receita total do produtor depende não só do resultado desta operação a termo, mas também da venda do produto físico na data de entrega.

Em nosso caso hipotético, somando os resultados dessas duas operações (física + a termo), o produtor garantirá uma receita de US$ 16 por unidade, independentemente das oscilações de preços à vista na data de entrega. Por isso, um produtor que fez proteção para as unidades produzidas com a venda a termo é um *hedger* e não um especulador.

Receita total do produtor = Resultado da venda física à vista + Resultado da venda a termo

Na data de entrega do produto físico, embora o produtor tenha prejuízo na operação a termo com aumento de preço à vista, ele é compensado com maior resultado na sua venda física. Consequentemente, a receita total do produtor é sempre a US$ 16 por unidade independentemente dos preços à vista. Percebe-se que o mesmo raciocínio de compensação também é aplicado quando o preço cai. Nesse caso, a operação da venda física seria prejudicada, mas será absorvida pelo ganho na operação a termo.

Resultado da venda de contrato a termo



Simulação da receita total do produtor (US$)			
Preço à vista na data de entrega física	**Resultado de venda à vista na data de entrega física**	**Resultado de venda a termo (derivativo)**	**Resultado (receita) total do produtor**
19	19	-3	**16**
18	18	-2	**16**
17	17	-1	**16**
16	16	0	**16**
15	15	1	**16**
14	14	2	**16**
13	13	3	**16**

Portanto, se o produtor está prevendo um custo total de US$ 12 por unidade produzida e consegue travar o preço antecipadamente por US$ 16, então ele está garantindo um lucro de US$ 4, ou seja, uma taxa de rentabilidade de 33,3% por unidade. O risco de preço do produto é eliminado com essa operação de venda a termo.

Apesar da relativa simplicidade dessa operação de *hedge*, alguns pontos críticos devem ser observados na implementação dessa estratégia:

1) O risco de crédito de contraparte: diferentemente do contrato futuro, em que o risco de crédito é baixo, pois a contraparte é a Bolsa de Valores e existe um mecanismo de chamada de margem que reduz significativamente o risco de crédito, o contrato a termo não conta com esses mecanismos e o risco de contraparte é mais elevado. Logo, uma análise de crédito é fundamental.

2) Estabilidade de correlação entre o preço a termo (preço de tela) e o preço à vista: esta correlação precisa ser estável para que o *hedge* tenha efetividade. Isto é, se um preço sobe/cai, o outro precisa subir/cair na mesma proporção. Quando há muita instabilidade desta correlação, os produtores precisam ajustar regularmente o volume do contrato a termo.



SXC.HU

3) Volume a ser fixado: não existe uma regra, mas a prática sugere que a melhor estratégia é fazer *hedge* parcial, isto é, fazer proteção de uma parte da produção que gere o lucro suficiente para cobrir todo o seu custo. O restante da produção, sem *hedge*, ficaria exposto à oscilação de preço. Posteriormente, o produtor pode tomar a decisão de fazer *hedge* ou não desta parte. Para o produtor que não tem espaço de estocagem, a trava a termo com *trading* é uma alternativa de garantir o preço de frete e escoamento do produto nos momentos críticos de escoamento.

4) Data de fixação de preço: não existe uma resposta geral sobre o horizonte certo para fazer trava de contrato a termo. Por exemplo, para o preço de *commodities* que caiu ao longo dos últimos tempos, quem fixou antes se saiu melhor. No entanto, se o preço tivesse subido, esse mesmo produtor teria deixado de aproveitar a alta do preço. A estratégia pode ser semelhante ao item anterior, isto é, fixar o volume suficiente para proteger o custo total.

5) A tentação de desfazer a operação a termo quando esta é lucrativa: como foi visto anteriormente, quando o produtor vende um contrato a termo e o preço à vista cai, ele pode desfazer a operação, realizando uma operação de compra a termo, para realizar lucro – ou seja, o produtor vende a produção a um determinado preço e recompra a um preço mais baixo obtendo lucro. Se a data de entrega física ainda está longe, o produtor pode ficar muito tentado a liquidar a operação para apropriar o lucro imediatamente. Nesse caso, o produtor precisa estar ciente de que ele está desfazendo sua operação de *hedge* e está exposto, de novo, à oscilação de preços.

Portanto, o produtor precisa criar uma disciplina e uma regularidade básicas de monitoramento da tendência do preço para poder aproveitar melhor o benefício trazido pelo mecanismo de uso de derivativo para travar o preço e reduzir sua exposição aos riscos do preço. ■

*Professor de Finanças na FGV-EAESP



1ª Reunião Canaplan 2013

Perspectiva para a safra 2013/14

Região Centro-Sul

Equipe técnica Canaplan: *Ciro Sitta, Eduardo Pereira, Fernando Carvalho, Júlio Campanhão, Luiz Carlos Corrêa Carvalho e Ricardo Costa*

Painel 1: A Safra 2013/14 na região Centro-Sul

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

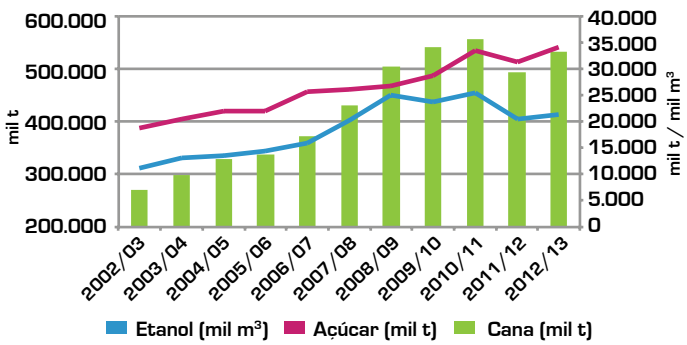


Um conjunto de variáveis, muitas das quais cercadas de grandes incertezas, está em jogo na presente temporada. Uma frase rotineira no setor é de que não há duas safras iguais, pois não se repetem. Ao longo do ano, os impactos das ocorrências climáticas, com as chuvas, estiagens, temperaturas e geadas, podem surpreender e alterar repentinamente o planejamento da lavoura e o processamento industrial. Em sua reunião em abril último, a Canaplan Consultoria Técnica Ltda. apresentou a projeção da safra 2013/14.

Sabe-se que cada fase da cana-de-açúcar tem a sua própria necessidade ambiental. O florescimento das plantas, quando ocorre, afeta a qualidade da matéria-prima, com a redução de caldo em decorrência do aumento de fibras. O manejo varietal e o uso de inibidores de crescimento são as alternativas para evitar perdas no conteúdo da sacarose.

Certamente, no ano de 2013, serão vistas restrições na área de infraestrutura e logística, com o escoamento para os portos de boa parte da colheita recorde de grãos e da produção de açúcar, junto, ao mesmo tempo, das grandes importações de fertilizantes. A produção de campo passa por mudanças significativas com a mecanização de quase 80% dos canaviais, alinhada a uma curva de aprendizado por parte das empresas.

Centro-Sul: Evolução da produção sucroalcooleira



Fonte: UNICA e MAPA

Centro-Sul: Projeção da safra sucroalcooleira 2013/14				
Item	Unidade	Cenários		
		Menor	Básico	Maior
Produtividade	Toneladas por ha	77	79	81
Área	Milhões de ha	7,5	7,5	7,5
Produção de cana	Milhões de t	581	596	611
Qualidade	Quilos por t	137	137	137
% ATR etanol		54%	54%	54%
% ATR açúcar		46%	46%	46%
Produção de açúcar	Milhões de t	34,9	35,8	36,7
Produção de etanol	Bilhões de l	25,1	25,8	26,5

Fonte: Canaplan

As dificuldades neste período pós-2008 fizeram reduzir efetivamente os investimentos necessários. Além da liquidez mais apertada, as políticas públicas orientadas para o congelamento da gasolina penalizaram gravemente a rentabilidade do setor alcooleiro. Agora, a recuperação da safra 2013/14 é o sinal mais evidente de um potencial novo ciclo de produção. Para os próximos anos, os limites físicos de moagem são uma preocupação concreta, assim como o ritmo de crescimento será, em boa dose, definido pelas políticas públicas em implantação.

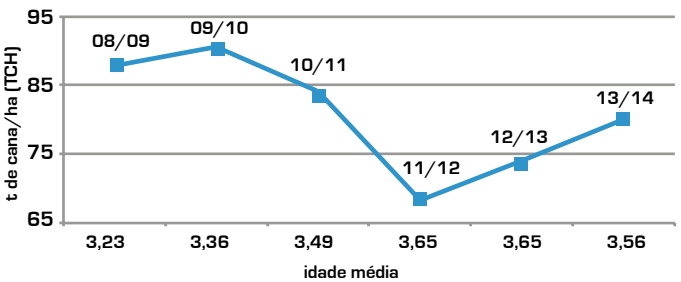
Ficamos praticamente estagnados durante as últimas quatro safras, enquanto os custos de produção continuaram em ritmo de ascensão. Áreas novas, com a expansão dos canaviais, foram incorporadas, com requisição de suporte e acompanhamento tecnológico. Da mesma forma, a mecanização trouxe outras demandas do ponto de vista técnico. Entramos no vale da produção e produtividade: uma prova dura e difícil para o setor mostrar a sua força de resiliência.

Transformar crise em oportunidade é o lema consistente. Contamos com empreendedorismo e inovação para enfrentar os desafios. Mas, as inconstantes climáticas e a dependência das políticas governamentais fogem do controle mais rigoroso das empresas. Parece que entramos em um momento diferente, apesar do comportamento não linear das produções sucroalooleiras. Definir uma tendência de subida parece ainda uma perspectiva não totalmente clara para a safra 2014/15.

As projeções são decorrência de uma análise que levou em consideração duas metodologias, com resultados semelhantes. Uma feita com a posição medida do potencial em 01/04/2013, baseado no consumo de água e sua conversão técnica em produtividade agrícola; a outra, com a análise da correlação entre a idade do canavial e a produtividade agrícola.

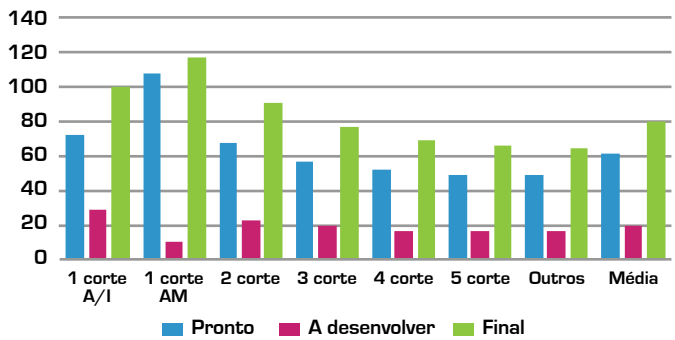
Na região Centro-Sul, é muito importante tomar em consideração a larga dispersão das unidades produtivas em termos da quantidade obtida em tonelada de ATR por hectare e da idade média dos canaviais. Essa constatação constitui fator de dificuldade para o estabelecimento de projeções.

Relação: Idade média *versus* produtividade dos canaviais



Fonte: Canaplan

Centro-Sul: Projeção das produtividades agrícolas dos canaviais



Fonte: Canaplan

Na safra 2012/13, o registro de dois fenômenos climáticos contribuiu sobremaneira para a qualidade e quantidade da matéria-prima: as chuvas do terceiro semestre e a estiagem do quarto semestre. Na atual temporada, com redução na renovação, a área potencial de colheita é maior. Um registro interessante foi o crescimento da participação de três variedades da área dos canaviais de 35% para mais de 50% de 2008/09 para os dias atuais.

*Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e diretor da Canaplan

Conjuntura econômica

Alexandre Figliorino*



As importações de combustíveis e lubrificantes acumuladas de janeiro a março cresceram de US$ 7,9 bilhões para US$ 10,2 bilhões entre 2011 e 2012. Um incremento de 35,6%. Em 2012, como resultado da não paridade com os preços internacionais, o prejuízo causado com importação de gasolina foi da ordem de R$ 1,6 bilhão. Essa cifra está estimada em R$ 1,2 bilhão para 2013. A deterioração da balança comercial brasileira tem sido motivo de preocupação. Por isso, o saldo gerado pelo setor sucroalcoleiro deve ser visto como algo bem positivo.

Além da elevada sinergia com a produção de etanol, a cogeração de biomassa representa geração renovável, descentralizada e perto dos grandes centros consumidores, o que contribui para diversificar o portfólio de fornecimento, diminuindo enormemente o risco do sistema elétrico nacional. Gera empregos de qualidade cada vez maior, à medida que o trabalho manual vai se extinguindo pela mecanização dos processos. Por isso, é um poderoso "interiorizador" de desenvolvimento em função dos enormes investimentos necessários para instalação de um *greenfield*, movimentando uma enorme cadeia de suprimentos.

Na safra 2012/13, com uma amostra constituída de 68 grupos, moagem realizada de 390 milhões de toneladas (correspondente a 73% da moagem do Centro-Sul) e capacidade de moagem de 483 milhões de toneladas, apontou-se:

• 12 grandes grupos (40,0% da amostra) com pleno acesso a capital: moagem de 158 milhões de toneladas;



• 38 grupos nacionais (44,0% da amostra) com excelente performance operacional e endividamento adequado (< R$ 100/t): moagem de 172 milhões de toneladas;

• 17 grupos em recuperação (15,7% da amostra) com elevada alavancagem: moagem de 60 milhões de toneladas;

• 1 grupo (0,3% da amostra) que precisa passar por processo de fusão, aquisição ou encerrar as atividades: moagem de 1 milhão de toneladas.

O setor está sem tendência definida para o médio e longo prazo. Os grupos, de uma forma geral, estão concluindo os processos de recuperação dos *yields* agrícolas e da curva de aprendizado da mecanização das atividades de plantio e colheita. Todo foco está voltado para a redução de custos.

Investimentos em expansão são feitos de forma extremamente seletiva e sempre voltados para aumento de eficiência e redução de custos. Próximo à capacidade instalada, cabe a formulação das políticas de longo prazo necessárias para o início de um novo ciclo de expansão. As condições de mercado extremamente severas, em função dos baixos preços do açúcar, do etanol e da energia, continuarão a conduzir um número significativo de empresas para a insolvência.

Os canaviais das usinas com atividades paralisadas encontravam em vizinhos mais sólidos o destino da sua produção, mas a capacidade ociosa está próxima do limite. Há baixo interesse de novos entrantes em investir no setor. Apenas algumas *tradings* e poucas petroleiras fazem algumas tímidas incursões, com o processo de consolidação praticamente paralisado.

O treinamento de recursos humanos e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico são vitais para

Brasil: Exportação de açúcar e álcool (U$ milhões)

Ano	Açúcar	Álcool
2010	12.762	1.014
2011	14.940	1.492
2012	12.845	2.186

Fonte: MDIC/SECEX

Comparativo dos resultados

Indicadores	Safra 2011/12	Safra 2012/13
Ebitda	29%	29%
Dívida líquida/moagem realizada	R$ 105/t	R$ 107/t
Dívida líquida/capacidade de moagem	R$ 81/t	R$ 87/t
Dívida líquida/total do setor	R$ 52 bilhões	R$ 56 bilhões
Custos desembolsáveis (PVU)	18,4 cents/lp	17,5 cent/lp

Fonte: Itaú-BBA

a melhoria dos rendimentos e a redução de custos. Essa é a estratégia para aumentar a competitividade do etanol em relação a outras fontes de combustíveis e propiciar novos usos de maior valor agregado, além de manter o Brasil como produtor marginal de açúcar com o menor custo no mundo.

Para trazer sustentabilidade ao setor, as ações devem ir na linha da agregação de valor ao ATR, ao bagaço produzido por meio do etanol químico, ao etanol de 2ª geração, à cogeração de energia de biomassa (bagaço e palha) e à biodigestão, entre outras.

*Diretor do Itaú BBA

Debates e apresentações

As apresentações do Painel 1 serviram de base para as análises e discussões, sob a moderação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho, com a presença dos seguintes profissionais: Agnaldo Rigolin (BP Biocombustíveis), Cássio Manin Paggiaro (Raízen), Joel Soares Alves da Silva (Jales Machado), Marcelo Tenório (Grupo Alto Alegre), Mario Ortiz Gandini (Grupo São Matinho), Paulo de Araújo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Isabel) e Paulo Roberto Artioli (Tecnocana).

Painel 2: Recuperação da produtividade – reparo do solo/plantio e qualidade da matéria-prima

O fato relevante é o "vale de produtividade" verificado em alguns anos recentes. A sua recuperação virá com a melhoria do processo de produção, que inclui as inovações de preparo de solo profundo e mecanização do plantio e da colheita, com o suporte da indústria de máquinas e implementos. Já as empresas de insumos modernos têm apresentado os impactos das novidades tecnológicas na área de maturadores e defensivos, bem como na mudança do sistema de plantio convencional para o de plântulas, com sensível redução dos custos de produção.

Nesse sentido, foram montadas apresentações específicas, ministradas por Ivan Jarussi (DuPont), José Luis Coelho (Colorado Máquinas, John Deere), Alvaro Sanguino (Alvaro Sanguino Assessoria), Fabrício Catissi (BASF), Leandro Irigon Amaral (Syngenta) e Fabio Vale (Multifós).



Painel 3: Safra 2013/14 e mercados

Mercado de gasolina

Rosane Pires Lodia*

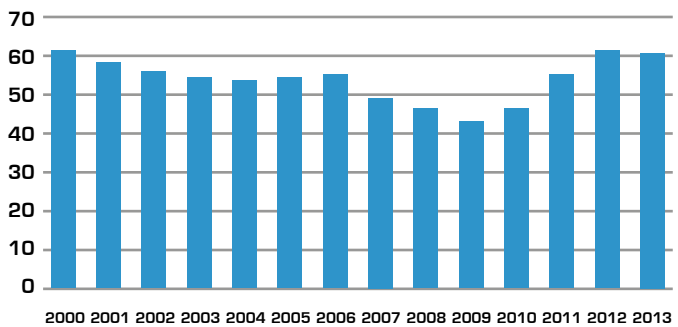
A demanda dos combustíveis de ciclo Otto cresceu 7% ao ano entre 2005 e 2012, com expansão do etanol até 2009, quando ocorreu reversão na tendência de consumo do etanol hidratado. Desde então, a queda acumulada no seu consumo ficou próxima de 40%, enquanto o consumo do GNV permaneceu inalterado.

A redução na oferta alterou o comportamento do consumidor, e o consumo de etanol hidratado no carro *flex* caiu 43% a partir de 2009. Com isso, a participação da gasolina A no ciclo Otto voltou aos patamares de períodos anteriores à popularização da tecnologia *flex fuel*.

Assim, o combustível que mais cresceu em volume de vendas nos últimos cinco anos foi a gasolina A (5%), à frente do diesel (2%) e dos demais combustíveis (12%). O seu comportamento sazonal é bem mais acentuado no final do ano.

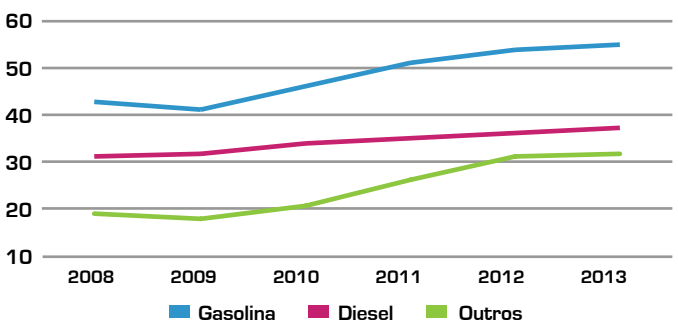
Diante dessa conjuntura, a Petrobras elevou os níveis de produção da gasolina no País. A média em termos de barris/dia subiu de 1.682 (2006 a 2009) para 1.845 (2010 a 2012),

Brasil: Participação da gasolina no ciclo Otto (%)



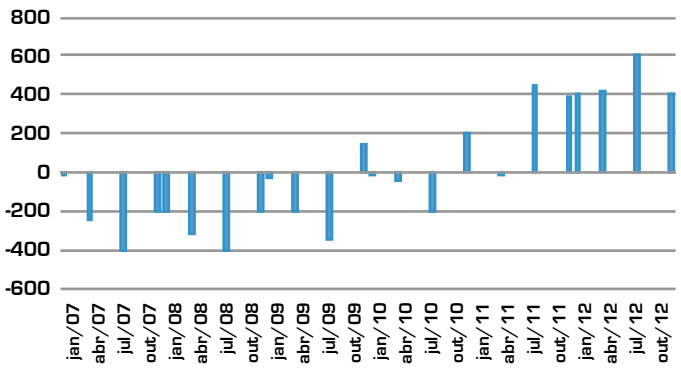
Fonte: ANP

Brasil: Derivados comercializados pela Petrobras (milhões de l)



Fonte: ANP

Brasil: Importação e exportação de gasolina (milhões de l)



Fonte: ANP

chegando a 2.142 (2013). A partir de 2011, a empresa passou de exportadora líquida para importadora de gasolina.

Para o cenário de 2013, o teor de anidro será de 25%, a partir deste mês, com três impactos no mercado. O primeiro é o de provocar redução na oferta de hidratado e menor demanda de gasolina A; o segundo, de aumentar a demanda de gasolina C para compensar a queda do hidratado; e o terceiro, de a demanda de gasolina A permanecer estável.

Na produção de gasolina, a maior octanagem do anidro permite a incorporação de correntes de nafta de menor octanagem no *pool* de gasolina, com aumento na produção da Petrobras. A retomada da produção de etanol na safra 2013/14 é o suporte para o aumento do teor de anidro.

Um conjunto de boas práticas possibilitou o correto planejamento da demanda do ciclo Otto nos últimos anos. A Petrobras aumentou a produção interna na média de 27%, com forte posicionamento no mercado internacional. Acordo entre Governo, produtores de etanol e distribuidores permitiu antecipar movimentos importantes para a previsão de oferta da gasolina.

De qualquer forma, persiste o desafio de prever a oferta de etanol, um combustível cuja produção é influenciada fortemente por condições climáticas e ambientais. O comportamento do consumidor também é importante para uma boa previsão do crescimento da frota *flex*. É fundamental a atuação integrada em ambiente colaborativo de todos os agentes das cadeias de combustíveis, na busca de sinergias para o atendimento do mercado e dos consumidores, com a inclusão de atribuições, responsabilidades e oportunidades de novos investimentos no setor.

*Gerente de Planejamento de Marketing e Comercialização de Combustíveis da Petrobras

Visão Global e do Brasil para o açúcar

Gareth Forber*

Na visão de curto prazo, assistimos a um aumento na oferta de aproximadamente 20 milhões de toneladas de açúcar no mundo, excluindo o Brasil, principalmente na Índia (7 milhões), China (2 milhões) e Rússia (1,4 milhão). Depois de passar por um período de déficit, o balanço mundial de oferta e demanda de açúcar, agora, apresenta excedentes.

Assim, os preços do açúcar já começam a emitir sinais certos para os produtores reduzirem a produção e manterem os estoques. Em relação ao etanol, a sua paridade de comercialização segue bem próxima e até em patamar inferior. Os excedentes começam a ser encorajados para formar estoques, enquanto o mercado de etanol deverá fixar um teto de preço para o açúcar em 2013.

A forma como os produtores responderão aos menores preços de açúcar pode variar. A alternativa de optar por outras culturas dependerá dos movimentos dos seus preços e de como os menores preços mundiais refletirão na relação de preços da cana e da beterraba. Os ciclos de produção diferem entre as regiões, com a tendência de ser mais curtos na Ásia (até 2 anos na China, Tailândia, Indonésia, Paquistão e Índia) do que na África do Sul, Guatemala, Brasil e Austrália (de 4,5 a 7,0 anos).

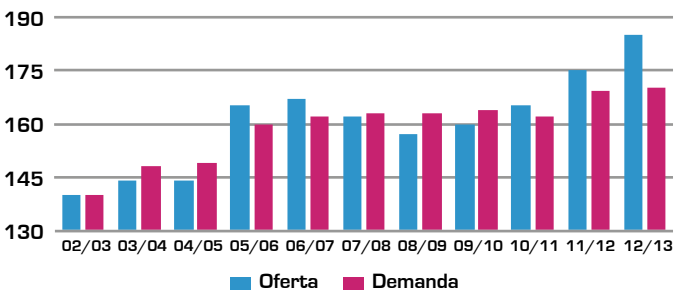
Ainda é cedo para as quedas nos preços do açúcar promoverem uma reversão na sua produção global na safra 2013/14. Na Índia, há crescimento dos canaviais ao norte devido aos preços mais favoráveis da cana em relação às outras culturas; enquanto, ao sul, há limitação na expansão em decorrência da escassez de água. No cômputo geral, a produção atenderá o consumo.



No sul da Ásia, as margens estão bem apertadas. O governo tenta manter os preços altos, mas os usineiros não conseguem cobrir os seus custos de produção. Na Tailândia e na China, a oferta de cana está equilibrada em relação às outras culturas.

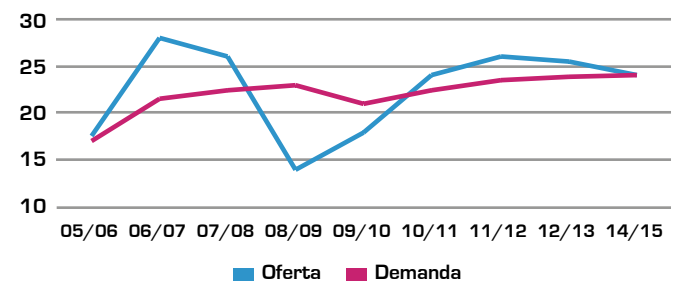
No leste europeu, a expectativa é de uma queda na produção de 1,0 milhão de toneladas na Ucrânia e na Rússia na safra 2012/13 e uma redução de área de 20% a 25% na próxima temporada.

Mundo: Balanço de oferta e demanda de açúcar (milhões de t)



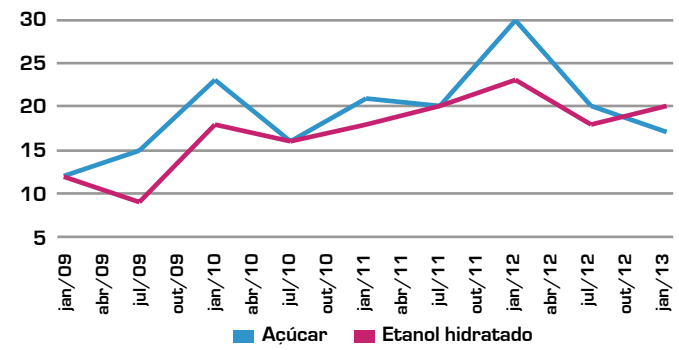
Fonte: LMC

Índia: Balanço de oferta e demanda de açúcar (milhões de t)



Fonte: LMC

Mundo: Preço do açúcar e do etanol hidratado (US$ cents por lp)



Fonte: BNY

Assumindo condições normais de clima, com o crescimento do consumo e queda na produção, o excedente mundial de açúcar será menor na safra 2013/14 em relação à safra 2012/13. Será uma oportunidade para o Brasil mostrar ao resto do mundo a sua capacidade de trocar a produção de açúcar e etanol de acordo com a demanda.

O mercado está diante de dois caminhos. O primeiro é o carregamento do estoque de açúcar; o segundo é levar incentivos para os usineiros brasileiros produzirem mais etanol do que açúcar. Como é impossível reduzir a produção brasileira de açúcar e expandir novas áreas com a geração de excedentes no próximo ano, existe o risco de o preço do açúcar descolar do preço do etanol ao longo do ano.

Os preços fracos do açúcar deixam os investidores nervosos. Os produtores não conseguem fazer ajustamentos nas suas áreas a curto prazo devido ao ciclo longo de produção. Como existe excesso de demanda de etanol e excesso de oferta de açúcar, o Brasil tende a fazer este ajustamento.

Para os próximos dois anos, os preços do açúcar não deverão continuar atrativos por causa dos estoques elevados, enquanto os do etanol devem ficar levemente menores do que os preços da safra 2012/13. Alterações poderão impactar a conjuntura em decorrência da desoneração tributária no etanol, de problemas na moagem da matéria-prima no Brasil e da instabilidade do clima de monções na Índia.

*Analista da LMC International Ltda.

Mercado de açúcar e de etanol

Tarcilo Rodrigues*



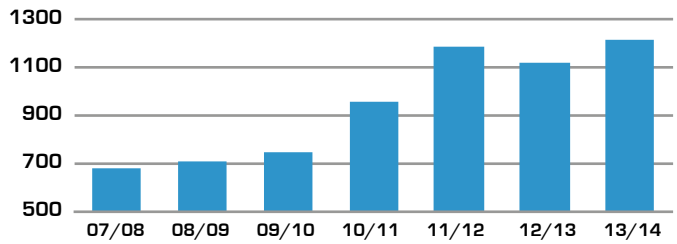
A safra mundial de açúcar aponta para um excedente de 6 a 7 milhões de toneladas, com estoques correspondentes de 35% a 40% do consumo. Os preços operam entre 18 e 20 cents de US$ por libra-peso. Já, no etanol, as exportações podem sofrer redução, mas as brasileiras devem crescer.

Na linha de projeção da Canaplan, de uma maneira geral, o mercado interno trabalha com a maior disponibilidade de matéria-prima para moagem e a previsão de uma safra mais alcooleira. A participação do hidratado no ciclo Otto, que subiu bastante nos últimos anos, poderá até ter leve aumento, assim como a paridade do etanol com a gasolina. A percentagem da demanda do hidratado em relação ao potencial pode ter ligeira queda.

Os aumentos dos custos de produção penalizam a rentabilidade do etanol hidratado, que vai direto ao tanque do automóvel, e desestimulam a sua produção. Com isso, é crescente a participação da gasolina no consumo brasileiro do ciclo Otto. Apenas um terço da demanda potencial está sendo efetivamente comercializado, bem abaixo dos 94,1% registrados em 2007/08. É prioritária a desoneração da cadeia de produção, com redução da carga do PIS/COFINS. ■

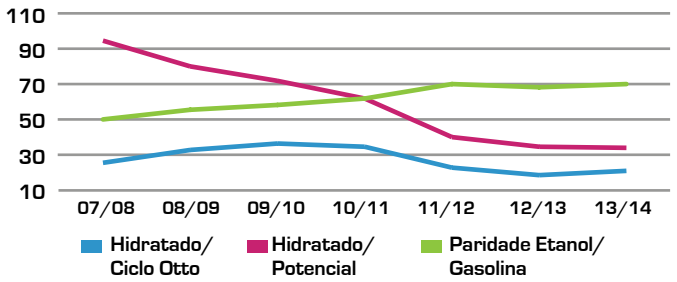
*Diretor da Bioagência

Brasil: Evolução do preço líquido do hidratado (R$/mil l)



Fonte: Bioagência

Brasil: Indicadores da demanda de etanol (%)



Fonte: Bioagência



PRÊMIO ANDEF

16ª edição

2012 | 2013

blueboxcomunicacao.com.br



VEM AÍ A MAIOR PREMIAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

Prêmio ANDEF

Realização

ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal

Parceiros

FEALQ

ABRACOM – Associação Brasileira das Agências de Comunicação

ANDAV

inpEV

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

enactus Brasil

Inovação tecnológica

A nova revolução verde

João Sereno Lammel*



O ANO era 1960. Todo o País mobilizava-se com a iminente inauguração de Brasília e a transferência do núcleo de poder do Rio de Janeiro para o Cerrado brasileiro. As pequenas árvores retorcidas e o chão árido em que Juscelino Kubitschek enxergou o futuro da Nação não davam a dimensão da potência agropecuária que o Brasil se tornaria quatro décadas mais tarde. Por caminhos às vezes tortuosos, pela coragem daqueles que marcharam rumo ao Centro-Oeste e, sobretudo, pela competência, recaiu sobre os ombros desta Nação a responsabilidade, além de alimentar o seu próprio povo, de alimentar o mundo. Desde então, fatos e mitos vêm confundindo-se numa descompassada dança em que a verdade, muitas vezes, é alienada da história.

Em 1999, pouco antes de morrer, o norte-americano Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz, conhecido como o "pai da revolução verde" – homem cujos saberes na ciência das plantas tirou mais de 600 milhões de pessoas da fome –, disse sobre o cuidado com o meio ambiente: "Para aqueles cuja principal preocupação é defender o ambiente, vamos olhar o impacto que a aplicação da agricultura baseada na ciência teve sobre o uso da terra. Se a produtividade dos cereais de 1950 tivesse permanecido em 1999, teríamos precisado de 1,8 bilhão de hectares adicionais de terra da mesma qualidade, em vez dos 600 milhões que foram usados".

Nesse ponto, os números são dramáticos: em 1960, havia 4,5 hectares de terra para alimentar cada habitante da terra. Hoje, há apenas 1,5 hectare, segundo dados da FAO, braço da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Em números gerais, na década de 1970, o mundo possuía 1,5 bilhão de hectares para a produção de alimentos, que abasteciam uma população de 3,6 bilhões de pessoas. Hoje, é o mesmo 1,5 bilhão de hectares, porém somos um planeta com 7 bilhões, que precisam – ou deveriam – comer diariamente.

Nos próximos anos, serão enormes as pressões sobre o campo. De um lado, a cobrança de quebras de recordes para aumento de produção de alimentos e energia; de outro, que essa produção seja sustentável e cada vez mais eficiente, o que é absolutamente factível, desde que adotadas as tecnologias corretas. Não é possível aumentar a produção sem sementes de alta qualidade e o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas para combater as terríveis pragas que aniquilam até 80% da colheita de algumas das nossas lavouras. Não é possível diminuir as perdas sem máquinas mais eficientes. Não é possível atender as expectativas do Brasil e do mundo de ter comida boa e acessível pela população sem ciência. Há espaço tanto para a agricultura convencional, quanto para a de nicho, no chamado cultivo orgânico.

Com o avanço das legislações e o aumento das exigências em todos os mercados, os defensivos agrícolas usados nas lavouras hoje são muito mais seguros do que há quarenta anos, quando o mundo começou a viver a sua primeira revolução verde. A ciência envolvida no desenvolvimento de novas moléculas exige investimentos vultosos. Desde a primeira pesquisa até a sua aprovação final, são mais de 250 milhões de dólares em investimentos para que um novo produto chegue ao campo em mais de uma década de pesquisa.

Nas lavouras, por ano, centenas de milhares de pessoas são treinadas pelas próprias indústrias para que manipulem tais produtos com segurança, tanto para quem aplica, quanto para quem consome – como atestam, aliás, as estatísticas oficiais do Governo, como o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). O que pode acontecer, algumas vezes, é a utilização de produtos sem registro para uma determinada cultura cujo produto foi aprovado para outras culturas.

Logo, é possível afirmar que ciência e inovação são dois dos pilares que sustentam o moderno e sustentável agronegócio brasileiro, tendo transformado nosso País em uma potência agrícola admirada mundialmente, capaz de alimentar bilhões de pessoas. Hoje, vivemos o começo de uma segunda revolução verde, o que alguns chamam de "Revolução Verde-verde", porque, além de alimentar pessoas, temos que nos preocupar com a saúde e o meio ambiente. Um desafio grande para o Brasil, seus produtores e para a Ciência. ■

*Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

Vinte anos!



Roberto Rodrigues*

ESTAMOS COMEMORANDO neste ano de 2013 dois importantes aniversários de vinte anos: o da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio – e da Agrishow de Ribeirão Preto.

E vale a pena resgatar alguns fatos referentes a estas efemérides.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987/88, as diversas entidades representativas do agro brasileiro organizaram-se em uma única plataforma de trabalho conjunto, chamada Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, que obteve grandes avanços na nova Constituição.

O êxito da Frente Ampla deveu-se em parte ao fato de ser um organismo informal, sem presidente, sede, estatuto ou orçamento: todos tinham o mesmo grau de poder ou participação. É claro que havia uma direção geral, composta pelos presidentes das três principais organizações do agro – a CNA, a OCB e a SRB – e uma Secretaria Executiva, exercida pelo presidente da OCB. A assessoria técnica da Frente era liderada pelo grande economista rural Alberto Veiga, que, consultando os três presidentes referidos, escreveu a Carta de Princípios da Frente Ampla, um documento de valores e conceitos ainda muito atual, de caráter liberal e democrático.

Findos os trabalhos da Constituinte, a Frente se desfez. Mas, os resultados por ela obtidos, e não só quanto à Constituinte, mas também em batalhas contra o Governo de então nas questões de economia rural, mostraram que uma organização mais formal que juntasse os elos das diferentes cadeias produtivas poderia direcionar os esforços por políticas públicas mais consistentes.

Foi então que, sob a liderança de Ney Bittencourt Araújo, começaram as conversas para a montagem da ABAG. Ney havia visitado o professor Ray Goldberg, em Harvard, que, desde 1975, já conceituara o *agribusiness*. Idealista e realizador, Ney coordenou os esforços de um punhado de líderes setoriais e, em março de 1993, criou a ABAG, sendo eleito seu primeiro presidente.

Dois anos antes, em 1991, outro extraordinário brasileiro, Brasilio Araújo Neto, então presidente da Sociedade Rural do Paraná, visitara a Farm Progress Show, nos Estados Unidos, e se propusera a criar uma Feira Dinâmica nos moldes da americana. Encontrou apoio institucional na SRB e montou, com esforço pessoal, a primeira versão desta feira em sua própria fazenda, em Londrina-PR, em 1992. E, em 1993, repetiu a experiência, desta vez em Uberaba-MG. Ambas as versões tiveram problemas financeiros, mas Brasilio não perdeu a garra.

Secretário da Agricultura de São Paulo de agosto de 1993 a maio de 94, convidei Brasilio para ajudar a montar uma Feira Dinâmica em São Paulo, na área da Estação Experimental de Ribeirão Preto. Mas, para tocar o empreendimento, ficou claro que a Secretaria não tinha recursos, nem a agilidade necessária. Chamamos, então, Ney Bittencourt, ainda nos primórdios da ABAG, e ambos os órgãos – a Secretaria e a ABAG – firmaram um convênio que permitiu a realização da Feira, em parceria com outras entidades de representação, como a ABIMAQ, Anfavea, ANDA, Andef, SRB, AEASP; e cuja primeira edição, em 1994, foi um grande sucesso, infelizmente sem a participação de Brasilio. Surpreendentemente, em 1995, na segunda edição, houve um rotundo fracasso financeiro, até hoje mal explicado, que quase destruiu a feira. Mas, no final de 1995, a ABIMAQ, liderada por Sérgio Magalhães, assumiu a feira e a profissionalizou, modernizando-a e trazendo-a para o que é hoje, já com irmãs poderosas em Cascavel, Não-Me-Toque, Rio Verde (de Goiás) e outras cidades brasileiras.

A Agrishow foi, sem dúvida, um ponto de inflexão na tecnologia agrícola brasileira. Sendo uma feira dinâmica, os produtores rurais podem ver as máquinas trabalhando em competição e adquirir as que mais lhes interessam.

Só ficaram "vivas" as fábricas de máquinas e equipamentos que investiram em tecnologia, e o Brasil rural ficou outro depois da Agrishow.

Portanto, são dois aniversários que precisamos comemorar com muita alegria. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

O enfraquecimento do MAPA



Cesário Ramalho da Silva*

A DESPEITO de ser o carro-chefe da economia; âncora das exportações; multiplicador de oportunidades; riqueza e renda para os demais setores; e, consequentemente, alavanca do desenvolvimento socioeconômico, o agro vem perdendo interlocução e trânsito junto às esferas mais altas do governo federal. E isso fica claro no lento e gradativo processo de desintegração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que vem sendo desmantelado ao longo dos anos.

A pasta perdeu autonomia, função estratégica e poder político. Primeiro, os assuntos fundiários passaram para o Desenvolvimento Agrário. Adiante, as áreas de florestas plantadas e irrigação passaram, respectivamente, para as pastas do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Além disso, sucessivos cortes no orçamento fragilizaram ainda mais o MAPA.

O agro é tão grande e importante que sua influência avança sobre os outros setores da economia, num efeito transversal. Da fabricante de insumo, passando pela indústria de máquinas ao elo do beneficiamento, até chegar ao varejo, tudo é agro.

O que acontece de bom ou ruim com o setor afeta todos. E é exatamente por essa característica que o agro deveria ser mais bem visto, reconhecido e respeitado. Assuntos fundamentais para a competitividade do setor estão espalhados entre vários ministérios. Não há diálogo e ações integradas entre as pastas, o que justifica a necessidade de termos, ao menos, um ministério – no caso, o da Agricultura – como gestor de tudo que impacta o agro.

Se a questão da infraestrutura logística está na alçada do Ministério dos Transportes, a parte que mais cabe ao agro tem que contar com participação aguda do MAPA. O mesmo vale para uma tomada de decisão acerca do seguro rural pelo Ministério da Fazenda. O MAPA tem que estar absolutamente envolvido nisso, e não ficar numa condição periférica.

Se o agro começar a pifar (por problemas de outras áreas que o atingem), políticas sociais que hoje são um sucesso (e que foram viabilizadas pela estabilidade financeira proporcionada pelo setor rural) podem sofrer graves prejuízos.

Alguns recentes episódios são emblemáticos e ilustram essa situação. O aumento no preço da cebola e do tomate, por exemplo, ocorreu pelo recuo na oferta, ocasionado por problemas climáticos. O problema agravou-se porque a safra destes produtos já estava baixa, em razão da falta de estímulo para o plantio, devido a preços extremamente baixos no ano passado.

O encarecimento abrupto de ambos os produtos poderia ter sido, ao menos, amenizado se houvesse planejamento e incentivo ao produtor para que ele continuasse a investir nestas culturas mesmo após um ciclo negativo. Isso revela falta de visão holística e de longo prazo do Governo para lidar com as particularidades do setor agrícola. Se o produtor contasse com um seguro eficiente, ele não abandonaria o plantio de uma determinada cultura de uma hora para outra. Porém, ele é, muitas vezes, forçado a fazer isso para poder sobreviver.

A criação do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP) é outro exemplo que mostra, no mínimo, desconhecimento do Governo sobre o que é causa e o que é efeito nos mercados agrícolas. A medida de caráter intervencionista visa organizar o abastecimento atuando nos estoques (o que diminui sua eficácia, bem como encarece eventuais ações), e não com base no planejamento do plantio, como citado anteriormente.

A eficiente gestão dos estoques públicos de alimentos não demandaria um novo órgão, mas sim uma boa e veloz governança sintonizada com a realidade do ambiente produtivo e do mercado consumidor. Uma ação acentuada direta do Governo nos preços dos produtos agrícolas cria cotações artificiais, levando imprevisibilidade ao mercado, com efeitos perversos para produtor, empresas e consumidor.

O Governo já conta com instrumentos e mecanismos de política agrícola para a boa administração dos estoques públicos, não precisando burocratizar (ainda mais) a questão. Faria melhor se desburocratizasse e valorizasse mais o MAPA. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Soluções e oportunidades ao alcance do produtor



Mônika Bergamaschi*

PRINCÍPIOS DE Economia verde e inclusiva têm fundamentado as ações do governo do estado de São Paulo. A necessidade de ampliar a competitividade das cadeias, com sustentabilidade, requer cada vez mais do produtor rural. A melhor organização e gerenciamento, a adoção de tecnologias e o atendimento do emaranhado de leis, normas e regulamentos fazem parte do cardápio diário de todos os produtores, seja dos pequenos, médios ou grandes.

Facilitar, incentivar, agilizar e simplificar são o maior desafio da administração pública. Importantes conquistas foram colocadas à disposição do produtor rural, como a Declaração de Conformidade e isenção de licenciamento para atividades agropecuárias de baixo impacto ambiental, o Via Rápida Aquicultura, a Guia Eletrônica de Trânsito Animal, as declarações online de vacinação contra febre aftosa e de inspeção sanitária de pomares citrícolas, para citar alguns.

Atenta às necessidades de crédito e seguro rural, a Secretaria de Agricultura estimula e mantém firme o propósito do Feap – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista. Foi ampliado o limite de renda para acesso, o que permite o atendimento de agricultores de médio porte. As garantias foram reduzidas e flexibilizadas, e os adimplentes ainda podem contar com desconto nos juros, chegando a 2,25% ao ano! A exceção é o financiamento de tratores e implementos, que tem JUROS ZERO. Continua firme também a subvenção ao prêmio do seguro rural, e há uma diversificada carteira de linhas de crédito para quem busca recursos para se manter na atividade, investir, modernizar ou até transformar seus negócios e se lançar em novos desafios. Um bom exemplo é a recém-criada linha para financiar a transição do sistema convencional para o sistema orgânico de produção, dada a demanda crescente por esses produtos, principalmente nos grandes centros urbanos.

Promover o cooperativismo e o associativismo, o acesso aos mercados e a adição de valor aos produtos é outro desafio que vem sendo cumprido. Em novembro passado, o Microbacias II apoiou trinta e oito planos de negócios de associações e cooperativas. Foram repassados, também a fundo perdido, mais de R$ 15 milhões. Neste ano, na segunda chamada, quarenta e um projetos foram contemplados, com recursos de R$ 17,3 milhões.

Dias de campo já movimentam o IntegraSP, com demonstrações e transferência de tecnologias dos sistemas integrados de produção, lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta, outro projeto lançado recentemente pelo governo do estado. Recuperar pastagens degradadas, controlar grandes erosões, aumentar a produtividade agrícola e animal, melhorar a gestão dos recursos e, por conseguinte, a renda das propriedades são sementes já lançadas.

Estruturante também é o consagrado Programa Melhor Caminho, que, em dezesseis anos, recuperou mais de 11 mil km de estradas rurais. Em 2013, serão investidos R$105 milhões, facilitando o transporte de produtos e o deslocamento de pessoas.

E para que tudo isso chegue ao produtor, mesmo àqueles dos mais longínquos rincões, sem energia, telefone ou internet, colocamos os serviços sobre rodas. O Poupatempo do Produtor Rural, itinerante, vem somar ao importante trabalho já desenvolvido nas 596 Casas da Agricultura espalhadas por todo o território paulista. Lançado pelo governador Geraldo Alckmin na primeira semana de abril, em Itapeva, o programa contempla, na primeira fase, a região administrativa de Sorocaba, com três trailers operando nos municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado.

O Poupatempo do Produtor Rural embarca cinquenta serviços e produtos da Secretaria, das áreas de assistência técnica e extensão rural, defesa agropecuária, desenvolvimento e tecnologia dos agronegócios, estímulo a associações e cooperativas, treinamento e capacitação, além de emissão de declarações, encaminhamento de pedidos de financiamento e seguro rural. Um reforço importante à marca, já registrada pelo governo, de uma administração presente e participativa. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em abril de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	350.000	500.000	380.000	490.000
Massey Fergusson	MF 9690	530.000	650.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	769.000	793.978	850.000	906.000
New Holland	CS 660	547.000	572.000	660.000	745.000
New Holland	TC 5090	417.000	447.312	500.000	574.000
New Holland	TC 5070	362.000	395.200	430.000	497.000
Valtra	BC 6500	513.000	680.000	834.000	720.000
Valtra	BC 7500	544.000	740.000	910.000	855.000
Valtra	BC 4500	304.000	400.000	587.000	470.000
Jonh Deere	1175 HY	380.000	505.000	470.000	450.000
Jonh Deere	9470	535.000	655.000	700.000	615.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em abril de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	105.000	135.000	118.000	123.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	155.000	176.000	145.000	148.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	190.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	174.000	170.000	155.000	207.000
New Holland	TM 7040	195.000	196.000	170.000	220.000
New Holland	T 7245	243.000	250.000	260.000	350.000
Valtra	BM 125-4	120.000	125.000	137.000	145.000
Valtra	BH 185-4	175.000	205.000	201.000	220.000
Valtra	BH 205-4	190.000	224.000	215.000	230.000
Jonh Deere	7210	275.000	306.000	247.000	310.000
Jonh Deere	8335	375.000	660.000	530.000	520.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de vagões e misturadores de ração em abril de 2013 (R$/unidade)

MARCA	MODELO	CAPACIDADE (M^3)	PREÇO (R$)
	VAGÕES FORRAGEIROS		
Siltomac	D-7 (acoplado ao trator)	7,0	25.500,00
Siltomac	SD-22 (acoplado ao caminhão)	22,0	75.000,00
Jumil	JM 10.000	10,0	22.900,00
Jumil	JM 6000	6,0	21.650,00
ICMA	Carreta dist. forrag. MOD - 960	9,6	42.924,00
ICMA	Carreta dist. forrag. MOD - 600	6,0	33.835,00
Minami	Abastecer silos M 400	7,0	31.917,04
Minami	Dist. Forragem M 442	4,0	40.157,88
Minami	Dist. Forragem M 462	6,0	47.242,97
Minami	Dist. Forragem M 482	10,0	56.784,88
Nogueira	VFN 8000	8,0	27.600,00
Nogueira	VFN 5000	5,0	20.400,00
	MISTURADORES DE RAÇÃO		
Casale	Totalmix TMX 75	7,5	96.202,95
Casale	Totalmix TMX 100	10,0	132.394,38
Casale	Totalmix TMX 130	13,0	167.547,19
Casale	Totalmix TMX 150	15,0	174.003,37

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

O período de confinamento de bovinos está se aproximamando. Considere um pecuarista que queira, em abril de 2013, comprar um misturador de ração, modelo Totalmix TMX 130, da Casale, com capacidade para 13,0 metros cúbicos, cujo preço é R$ 167.547,19 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R$ 50.264,19), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para agosto de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 186.559,30 pelo implemento.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/08/13	R$ 117.283,03	R$ 11.728,30	R$ 3.720,80	R$ 15.449,10	1
01/02/14	R$ 105.554,73	R$ 11.728,30	R$ 3.835,70	R$ 15.564,01	2
01/08/14	R$ 93.826,42	R$ 11.728,30	R$ 2.545,69	R$ 14.273,99	3
01/02/15	R$ 82.098,12	R$ 11.728,30	R$ 2.227,48	R$ 13.955,78	4
01/08/15	R$ 70.369,82	R$ 11.728,30	R$ 1.909,27	R$ 13.637,57	5
01/02/16	R$ 58.641,52	R$ 11.728,30	R$ 1.591,06	R$ 13.319,36	6
01/08/16	R$ 46.913,21	R$ 11.728,30	R$ 1.272,85	R$ 13.001,15	7
01/02/17	R$ 35.184,91	R$ 11.728,30	R$ 954,63	R$ 12.682,94	8
01/08/17	R$ 23.456,61	R$ 11.728,30	R$ 636,42	R$ 12.364,73	9
01/02/18	R$ 11.728,30	R$ 11.728,30	R$ 318,21	R$ 12.046,51	10
Total		117.283,03	19.012,11	136.295,14	-
Total pago: R$ 50.264,19 (entrada) + R$ 136.295,14 (financiamento) = R$ 186.559,30					

Produção agrícola brasileira

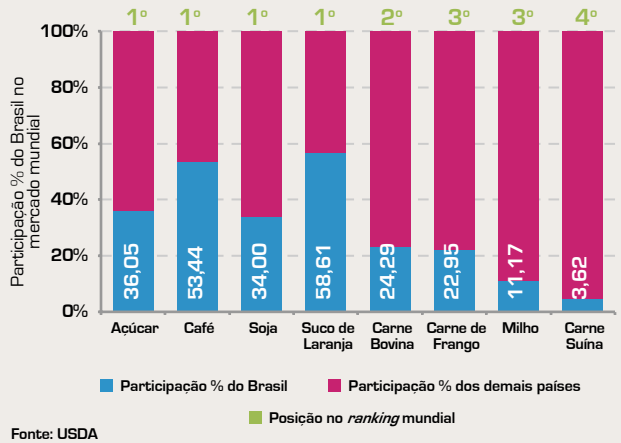
Quinto levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.018,6	2.249,1	- 25,5
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	320,8	8,9
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	296,8	8,1
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	24,0	19,4
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	12.050,1	3,9
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	360,7	2,0
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	54,7	5,2
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,7	5,7
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	260,8	- 14,5
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.918,5	3.283,8	12,5
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	1.165,6	- 5,7
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.368,6	28,6
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	619,0	749,6	21,1
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,4	107,7	- 7,5
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	78,1	214,9
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.979,8	76.068,2	4,2
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.867,1	34.792,4	2,7
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	39.112,7	41.275,8	5,5
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	82.063,5	23,6
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.246,6	1,1
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.300,4	- 25,7
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	134,6	20,0
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	166.172,1	183.582,8	10,5

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

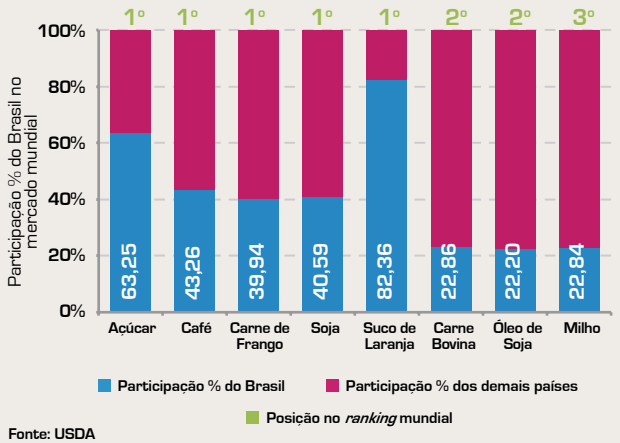
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



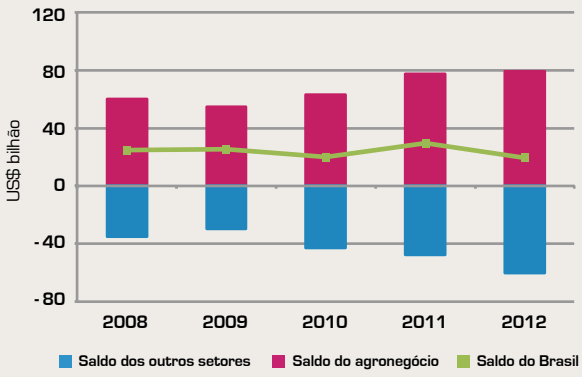
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



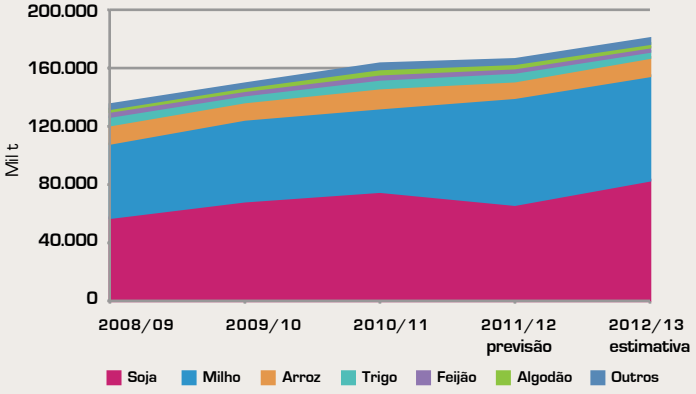
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



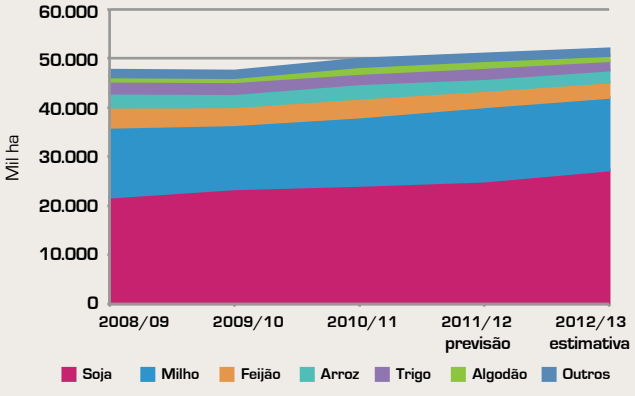
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



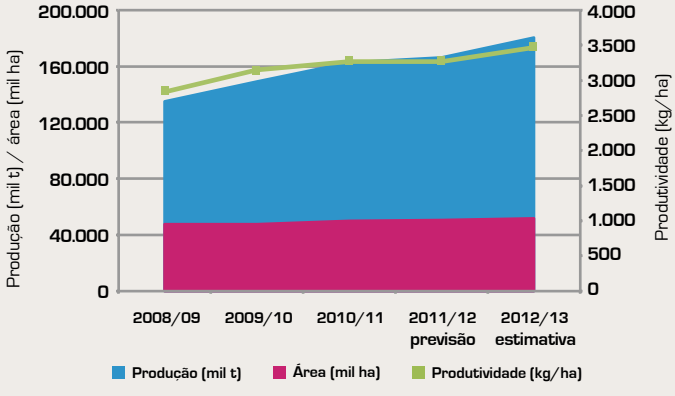
Fonte: Conab

Brasil: Área plantada com grãos, por produto



Fonte: Conab

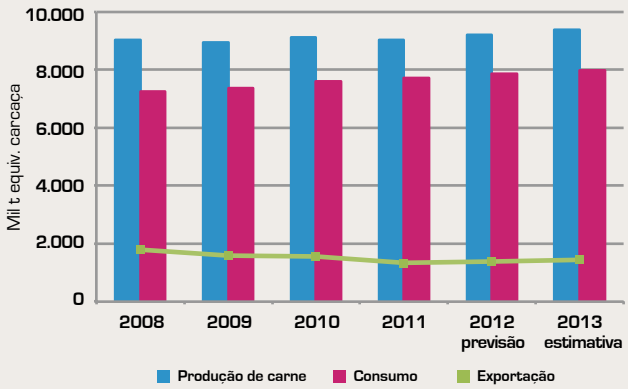
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

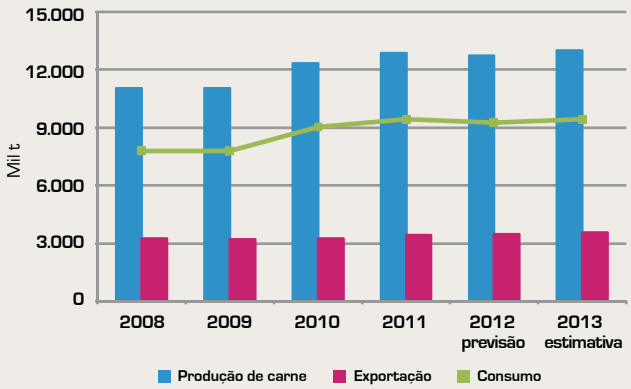
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



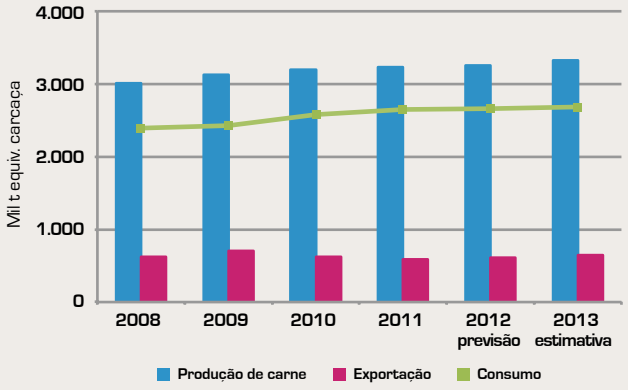
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



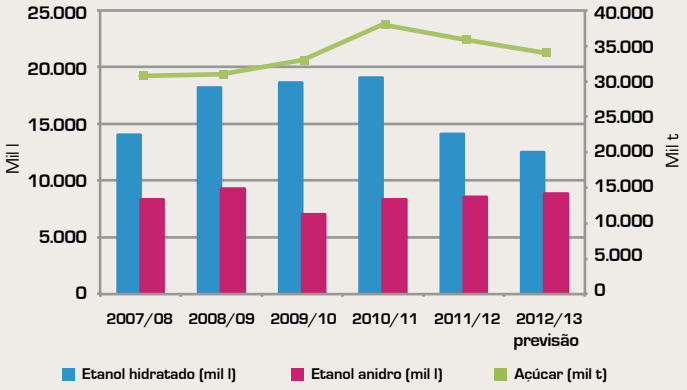
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



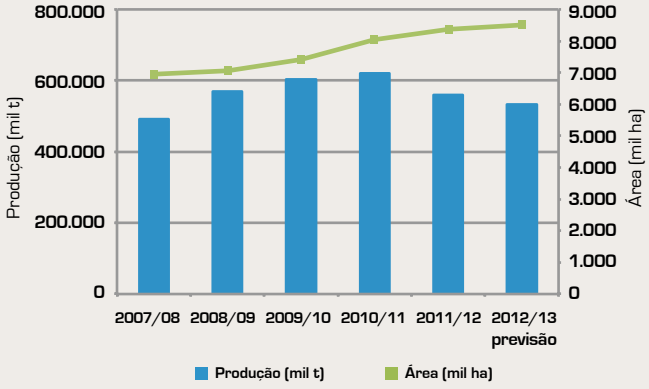
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



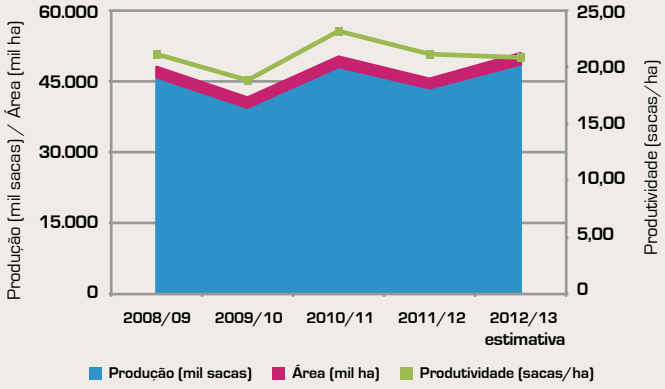
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab